

ATA N.º4.1/XIII/2025

Sessão Ordinária abril/2025

1ª Reunião – 29/04/2025

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e catorze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período de Intervenção do Público;
- 2 – Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 – Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao Exercício de 2024;
 - 3.2 - Alteração mapa de pessoal 2025;
 - 3.3 - Emissão de certidão para efeitos de benefícios fiscais ao nível do IRS, isenção de IMI e de IMT - intervenções de reabilitação;
 - 3.4 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Em virtude do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, ter pedido a sua substituição, informou que assumiu a presidência interina da Mesa da Assembleia Municipal.

Em conformidade com o nº4 do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, designou o Deputado Municipal João Palma para a composição da Mesa.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Maria Teresa Lésico de Jesus
- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar foi substituída por Rui Pedro Neto Garcia
- Tânia Sofia dos Anjos Ribeiro foi substituída por Ana Cristina Antunes da Costa Marques Ribeiro
- Rodrigo Fernando Mendonça Pedro foi substituído por Fernando Alves Fernandes Gaio
- Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias, foi substituída pelo Vogal daquele Órgão, Anastácio de Freitas Santana

Verificação de ausências:

- Após as substituições efetuadas verificou-se a ausência de Ana Isabel Pinto Pereira.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Luís Manuel Miranda Amieiro, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Pedro Miguel Dias Pinhal, António Carlos Pedrosa Pereira, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa e Sandra Isabel Casaca de Castro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. João Oliveira

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“Obrigado por me receberem aqui. Sei que, se calhar, não deve ser muito comum receberem aqui jovens, mas estou a tentar ir a todos os sítios para expor uma situação que ocorreu a semana passada, e venho-vos falar aqui de uma situação que me tem inquietado, que me tem deixado nervoso, e que me tem deixado, de certa forma, atormentado.

Na última terça-feira, dia 22 de abril, por volta das 9 da noite, eu e os meus amigos combinámos ir para o Parque Zeca Afonso, local onde costumamos ir muitas vezes, desde crianças, portanto, há mais de 10 anos que frequentamos o parque Zeca Afonso, e decidimos ir jogar futebol, decidimos ir conversar, decidimos ir fazer tudo aquilo que costumamos fazer. Enquanto isso, às 10:30 da noite, aparece um grupo de 7 jovens que nos vem cometer um assalto, ou seja, veem-nos assaltar, e esses meus 2 amigos foram brutalmente espancados. Deixar aqui bem claro que um deles ficou com 3 dentes partidos. Levou com um tijolo. Nós não estávamos armados, nós não ripostamos, eu só consegui correr e tive tempo de chamar as autoridades, e deixar um grande obrigado à Polícia de Segurança Pública, que foi muito rápida a chegar ao local e desempenhou muito bem a sua função.

No dia a seguir, soube por intermédio de um amigo meu que trabalha na GNR da Moita, que houve um jovem que a sair do Roque Gym tinha sido também assaltado e brutalmente espancado. Sábado, falei com a Presidente da Junta, a senhora Bárbara Dias, a expor esta situação, e até foi ela que me disse para vir aqui falar, porque pensa que aqui me iriam tentar ajudar a resolver este problema, e ela tinha dito que também tinha visto um post nas redes sociais em relação a algo que tivesse acontecido no parque Zeca Afonso, entre quinta e sexta-feira. Ou seja, o que quero dizer aqui é que existe um problema de segurança. É algo que não podemos negar. Existe um problema de segurança, e eu quero ser livre de ir para o parque com os meus amigos depois de jantar.

Quero-me senti seguro à noite no parque, porque eu trabalho, os meus amigos estudam, é das poucas ocasiões que temos para estar juntos e queria-me sentir seguro. E temos aqui um problema a nível de localização, pois é o parque Zeca Afonso, à frente do Roque Gym também começa o parque que, portanto, é a continuação quase do parque Zeca Afonso. E fiquei a saber também que isto é uma gang de jovens, mais jovens que eu ainda, estamos a falar de 16, 17, 18 anos, e pelo que eu soube, a investigação criminal já está a tratar do assunto.

Queria desde já também perguntar ao senhor Presidente da Câmara, porque, acima de tudo, eu sei que a segurança do parque Zeca Afonso é da responsabilidade da Polícia de Segurança Pública da Baixa da Banheira, isso eu sei, mas tentar perceber também, porque também é importante para a Câmara saber se o seu espaço público é seguro ou não, tentar perceber também se já houveram conversas, ou se já houve a ideia de criar uma polícia municipal, porque penso que era uma ajuda para a patrulha da PSP. Penso que era bom haver uma polícia municipal, e ir a sítios que são problemáticos, e o parque Zeca Afonso é um sítio que é problemático, querendo ou não. De certa forma, a falta de manutenção, a pouca luminosidade, porque é um parque que não tem luz nos campos de futebol. Não tem. Não tem. E se eu quiser ir jogar à bola à noite tem que ser às escuras. E o próprio parque em si tem pouca luminosidade, e nós sabemos disso. Nós frequentamos o parque há anos e sabemos disso, sempre foi assim, e é algo que deveria mudar.

Mas perguntar se já houveram essas conversas para haver uma polícia municipal, ou não, e até ir mais longe, porque não criar um sistema de câmaras de videovigilância em áreas que são mais problemáticas? Por que não? Se calhar, eu não estava aqui hoje, se calhar, o meu amigo não tinha 3 dentes partidos, não tinha levado com um tijolo na cara. Eu falo com vocês todos aqui hoje, porque todos juntos temos que resolver este problema. Todos. Todos os partidos políticos, todas as pessoas que estão aqui. Tem que haver segurança na cidade onde eu moro, onde todos nós moramos. Todos. Eu não posso ter medo de frequentar o parque que sempre frequentei. Não posso. Não posso, nem eu nem ninguém. E não posso ir para o parque a pensar que vou ser assaltado ou espancado.

Olhem para os vossos, para os vossos filhos, imaginando se, em vez de terem sido estes meus 2 amigos, era um filho ou uma filha vossa. E se, em vez do espancamento, houvesse uma morte ou uma violação, como é que nos iríamos sentir aqui hoje? Deixo esta reflexão aqui, e muito obrigado por me terem ouvido.”

Sr. Manuel Rodrigues

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“Gostava que o Duro estivesse aqui hoje, porque era mais para falar com ele que eu vinha, mas começo por referir o seguinte. Em 1969, o meu pai, nestes dias, organizou uma manifestação no Barreiro e na Baixa da Banheira, e foi preso, portanto, faz agora muitos anos. Cada vez que meu pai fazia uma manifestação do 1º de Maio era preso. Está aqui o registo da PIDE. E vocês estão todos aqui porque o meu pai, depois de sofrer muito, foi Presidente da Câmara da Moita, e foi ele que assinou o edital para as primeiras eleições livres. Nós somos livres porque homens como o meu pai lutaram para que isto acontecesse. Muitos homens. E, os familiares destes homens sofreram muito para que isso acontecesse. Eu, por acaso, ultrapassei o meu passado, mas eu em jovem passei muito para que o meu pai lutasse, eu e a minha mãe, e quero-lhe deixar aqui, mais uma vez, essa referência. Portanto, está aqui, foi o meu pai que assinou o edital.

Depois, queria dizer o seguinte, e há muita gente que vê o que se passa aqui, porque eu recebo mensagens em permanência, o artigo 9º do regulamento destas reuniões, e da Câmara, diz, quando alguém é ofendido, que tem o direito a defender-se e tem tempo para tudo isso. Eu acho que o debate político é feito aqui, é feito na rua, é feito em todo o lado. É feito, hoje em dia, nas redes sociais, com perfis verdadeiros, e também se faz muita política com perfis falsos. Eu não pago a ninguém para ter. Eu tenho um perfil falso que se chama Nuno Nóbrega, mas há quem tenha dez perfis falsos, fizeram-me um perfil que é o Nuno Nóbrega, para me divertir. Eu posso me divertir como os outros.

Então, para dizer o seguinte, o debate político faz em todos os locais, mas trouxe aqui também a sentença porque é que o meu pai foi condenado a um ano e meio de prisão. “O réu Staline é terceira vez que é preso pela polícia, foi solto, não sei quê”. O meu pai foi preso porque recenseou 900 pessoas, segundo aqui foi provado. O réu recenseou 900 pessoas para as eleições. Também é réu porque tomou parte na manifestação do Barreiro. É pá, passado 50 anos, eu estou na justiça com um processo levantado pelo Presidente da Câmara com a advogada Maia Marques, a advogada a que nós pagamos 50000 euros por ano, é a advogada deste indivíduo no processo que fez contra mim, porque eu faço política, porque digo estas coisas. Passado 50 anos não há democracia em Portugal. Passados 50 anos, eu digo que isto é fascismo, se calhar, estou a exagerar.”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Alertou o interveniente dizendo que têm que ter “tento na língua”, porque está a ofender as pessoas que estão aqui presentes, está a chamar fascistas, e tem que ter cuidado. Desculpe, mas é assim, a liberdade que o seu pai ajudou a construir acaba quando ofende a liberdade dos outros. E o senhor tem ofendido as pessoas aqui, e eu não era Presidente, era 1º Secretário, e custava-lhe ouvir aquilo que o senhor, às vezes, vem aqui afirmar. Por muita razão que tenha o senhor tem que tratar as pessoas com o máximo de respeito, como quer ser tratado.

Sr. Manuel Rodrigues

Retomou a intervenção em conformidade com a transcrição infra:

“É pá, aprendeste bem a lição. Por fim, tenho dois minutos ainda dá, e também é preciso ter respeito.

E agora queria falar para as pessoas que estão aqui nesta Assembleia. Vocês sabiam que quando estavam aqui nesta Assembleia, que através de um grupo, porque nós podemos falar pelo WhatsApp e tudo, que alguém dizia “temos 4 inscrições do público sobre a desagregação das freguesias, precisamos que os camaradas do PS se inscrevam. Depois prescindem da intervenção quando chegam à sua vez. Mas eu posso dividir em 60 minutos, assim o Cavaco, Jorge Silva e mais 2 terão menos tempo.” É assim que se gere os trabalhos? Isto é democracia? Não é fascismo, mas também não é democracia, ok?

Por fim, é pá, tenho um orgulho imenso no concerto que vi anteontem, na Praça do Município, em Lisboa. O Carlos Moedas e o João Ferreira tiveram o cuidado de me convidar para assistir ao concerto de homenagem ao Paredes. Foi com muito orgulho que vi o concerto de José Manuel Neto, a elogiar Paredes, nos 100 anos de homenagem ao Paredes. Eh pá, e depois de aquilo acontecer, que eu tive muito orgulho, houve pessoas que não gostaram, houve pessoas que estavam mais preocupadas em ver se as pessoas que estavam ao lado estavam a bater palmas ou não, do que em assistir. A insensibilidade é horrível. É melhor ver a Maria Leal a roçar o rabo nos moçoilos da Moita, mas é pá, o orgulho que eu tive do concerto de Paredes, eu não percebi porque é que a seguir o Presidente da Assembleia Municipal, que me pediu conselhos para eu trazer o Fanhais, e eu não quis trazer o Fanhais à Moita porque eu acho que na Moita, neste momento, está um ambiente próximo do fascismo. Não podia trazer o Fanhais, sugeri o José Manuel Neto. E trouxe o José Manuel Neto, homenageamos Paredes, tenho gravações, ainda hoje mandaram-me mais uns vídeos do que aconteceu na Moita.

Foi dos momentos mais altos que se viveram na Moita de cultural, que foi o Fanhais na Mutualidade, e o Carlos Paredes homenageado, portanto, não percebo porque é que a seguir, o Presidente da

Assembleia Municipal diz que eu o trai, que não quer falar mais comigo e bloqueou-me. Quem me costuma bloquear são as minhas namoradas, as minhas amigas, quando se chateiam comigo, bloqueiam-me. Como eu não pude dar a resposta, vinha aqui dizer ao Duro que a resposta que eu lhe dei foi o seguinte, porque já estava bloqueado: “não percebo nada desta tua conversa. Fui elogiar o evento ficas chateado comigo. O que se passa? Parabéns pelo evento”, foi só o que disse, portanto, o Duro, depois da reunião de Câmara em que eu fui dizer que gostava muito do evento que aí vinha, o grupo de WhatsApp do PS entrou numa excitação enorme, e talvez o Duro não esteja aqui hoje por isto. Se eu sou malcriado peço desculpa. Mas o meu pai no 25 de Abril não fazia política como estas pessoas fazem. Nós fizemos política toda a de uma forma irreverente. Nós lutámos por este povo como é preciso lutar.”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

“Sem ofender ninguém. Eu nunca ouvi o Staline Rodrigues ofender fosse quem fosse, mesmo quando fazia política, nem o próprio Presidente da Câmara que era fascista. Obrigado. Já terminou o seu tempo. Obrigado.”

Sr. Manuel Rodrigues

Retomou a intervenção em conformidade com a transcrição infra:

“Por isso é que estiveste muito bem na política. Parabéns por esta atitude hoje hã? Revela-se bem tudo ok?”

Sra. Rosa Paula Marques

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“Eu hoje venho aqui falar com o senhor Presidente da Câmara sobre pavimento, ou seja, o senhor Presidente da Câmara, numa Assembleia e em várias reuniões de Câmara, disse-me a mim que não ia pavimentar a parte da rua Florbela Espanca, na Quinta da Fonte da Prata, porque não havia garantias bancárias, quando havia, porque era um quarteirão e aquela rua fazia parte deste quarteirão, e que não ia mesmo fazer essa rua, e está e em uma Assembleia e várias reuniões públicas. Então, o que é que acontece? Esta semana o senhor Presidente, porque teve que ser o senhor Presidente a dar autorização não é? Autoriza ou manda que vão fazer pavimento na avenida António Aleixo, que do lado dos prédios já tinha sido colocado porque pertencia às tais ditas garantias bancárias, e foi fazer um passeio, que se ainda fosse alterar para fazer em espinha o estacionamento, que sempre se pensou que fosse isso, para arranjar mais estacionamento, não, foi pôr um passeio onde, em mil pessoas, passa lá uma, porque daquele lado, junto ao muro, que nós dizemos que é o muro da Cercimb, porque aquilo é um muro que as pessoas saltam, onde existem hortas e variadas coisas, e foi fazer um passeio desse lado, aonde os carros continuam, porque têm de estacionar em cima desse passeio, onde vão destruir esse passeio que não serve. As pessoas que passam lá sempre passaram, só que é assim, tira-se o espelho da Fonte da Prata que, neste caso, seria a rua Florbela Espanca, não é por ser a minha rua, porque o pavimento a mim, desde que eu não caia lá e que não me magoe, não me impede de nada, só que fazia parte das garantias bancárias do quarteirão e não foi feito. E foi-me dito a mim que não existiam garantias bancárias e que não iam fazer aquela rua. E agora, desnecessariamente, em meu entender e de muita gente, foram gastar dinheiro no passeio onde não passa ninguém, para os carros estacionarem, porque as pessoas têm que pôr os carros nalgum lado. Aquilo até podem lá pôr a dizer que é proibido, que não está, mas mesmo que lá ponham a dizer que é proibido, as pessoas têm que pôr os carros lá. Portanto, se ainda tivessem feito uma alteração e tivessem feito ali um estacionamento em espinha da Cercimb para cá, porque depois para o lado de lá também não foram.

Já agora também gostava de saber porque é que os polidesportivos da Quinta da Fonte da Prata estão em total abandono. Em total abandono. Isso eu gostava de saber. Outra coisa que também, por acaso, pediram-me para eu perguntar, e eu não me vou pronunciar sobre quem tem culpa do apagão, quem não tem, porque isso a mim não me diz respeito, porque eu não sou perita nem técnica em nada disso, mas porque é que as pessoas de certas zonas da Baixa da Banheira que não tinham água tiveram que ir ao município vizinho, ao Barreiro, ao Lavradio, buscar água, ou seja, porque não havia ali nada que lhes pudesse fornecer água para elas terem nas suas casas. Portanto, isto foram pessoas da Baixa da Banheira que me pediram, tiveram que ir ao município vizinho buscar água porque senão tinham que vir à Moita e a Alhos Vedros, a casa de familiares e de amigos.”

Sr. Eduardo Rocha

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“Eu trago aqui duas perguntas e duas questões. Primeiro, saudar os homens que promoveram o desfile popular do 25 de Abril e, ao mesmo tempo, mostrar a minha indignação perante o boicote feito pela Câmara Municipal, e por esta Assembleia Municipal, ao desfile popular do 25 de Abril.

Queria também perguntar o que é feito dos mupis, neste caso, do Bloco de Esquerda, do LIVRE da CDU e, salvo erro, do PS também, que foram retirados em setembro do largo da Moita e até hoje ainda não apareceu.

Queria também perguntar se, na Baixa da Banheira, na escola secundária lá no Vale da Amoreira, saber se não há alunos sem aulas porque não tem salas. Não haveria hipótese de arranjar uns contentores? Na escola secundária de Alhos Vedros acho que, para começar o ano letivo, acho que foi arranjada uma solução com contentores, na Baixa da Banheira, na escola secundária do Vale da Amoreira, acho que ainda há pavilhões que não têm condições e os alunos não têm aulas. Gostava de saber se é essa a situação e o que é que a Câmara pensa fazer. Não é passar a bola para o ministério e não sei para onde.

Outra questão que eu também queria levantar é o seguinte. O coordenador da Universidade Sénior foi demitido por esta vereação. Foi pedido que ele assumisse as funções de coordenador da Universidade Sénior, e foi demitido num sábado de manhã, com um telefonema para ir beber um café e a dizer “você a partir de hoje está demitido”, isto por retaliação política. Portanto, queria saber, na Universidade Sénior, segundo se consta, há lá professores a serem pagos, eu gostava de saber se há professores a serem pagos e o que é que estão a pensar fazer às pessoas que andam lá por carolice, algumas pagam para andar lá, qual é o procedimento que vão ter.

Portanto, era estas questões, era saber dos mupis, era saber se há alunos ainda sem aulas no Vale da Amoreira, e saber em relação aos professores na Universidade Sénior, se há uns que são pagos, o que é que é feito a outros.

E dizer a esta Assembleia Municipal que não disse uma única palavra quando houve a demissão do coordenador da Universidade Sénior, que é só uma das autoridades a nível nacional em termos de educação. Não é por acaso que foi um homem que foi, durante 30 anos, o Presidente do Centro de Formação Barreiro Moita, e coordenou os centros de formação de Santarém a Sines, salvo erro. E vocês tiveram a coragem, tiveram a coragem e a desfaçatez, de demitir um homem com aquela formação, por retaliação política. Por retaliação política, porque não é da vossa cor política, e o homem não estava lá a fazer política, estava como coordenador da Universidade Sénior, portanto, isto é muito abaixo, é muito abaixo. Portanto, isto só demonstra que as ações ficam para quem as pratica, e isto só demonstra o vosso calibre.”

Sr. Paulo Caetano

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“Eu trazia aqui alguma coisa pensado para dizer, mas acho que vou alterar um bocadinho o meu discurso, mas não quero deixar de começar, antes que o tempo acabe, porque eu acho que isto é lamentável, mas não vou perder tempo a comentar isso. Quero repetir aqui uma pergunta que fiz ao senhor Presidente da Câmara da Moita e que, mais uma vez, para aí pela décima não sei quantas vezes, não foi respondido.

Senhor Presidente, muito objetivamente, o senhor prometeu e mentiu. Prometeu que alcatroar a rua das Andorinhas até ao final de 2024, vamos no final de abril de 2025 e nada foi feito. O senhor arranjou a desculpa de que a REN não permitia a impermeabilização da rua. Eu sei que o senhor, já desde novembro, tem autorização da REN para impermeabilizar a rua. Se for mentira, diga-me favor. Também é fácil a gente mentir neste aspeto, porque a falta de informação dada por vocês é enorme. A gente pede e vocês não dão. Portanto, diga-me, muito objetivamente, vou lhe perguntar, vai ou não vai alcatroar a rua das Andorinhas e quando. Acho que isto não é nada difícil de responder e o senhor, a última vez, voltou a não me responder. É só isto que eu quero que o senhor me responda, vai ou não vai e quando é que vai. Porque o senhor mentiu, isso é um facto que o senhor mentiu.

E agora vou alterar porque a palavra fascista, se calhar, é uma palavra muito forte, e eu não quero usá-la, mas quero perguntar o que é que se chama a pessoas que falam em reuniões de Câmara em urbanidade e respeito, e depois não o têm perante os outros. Este caso que eu acabei agora aqui de falar é um. Eu já sei lá quantas dezenas de vezes eu perguntei ao senhor Presidente quando é que vai, quando é que vai alcatroar, e não respondo. Isto não é falta de urbanidade e de respeito? Evoca se o regulamento das reuniões de Câmara, disto e daquilo, e depois não se cumpre. O próprio senhor Presidente é que não cumpre. Eu não sei se isto é fascismo, eu sou uma pessoa com muito pouca formação, não sendo dos mais burros sou dos outros logo a seguir, mas eu acho que isto é uma falta de respeito e de urbanidade também. E é um incumprimento do regulamento. Não sei se é fascismo, agora que rasa ali a ditadura rasa. Acho eu. Conforme rasa a ditadura, muitas outras coisas.

Por exemplo, quando eu intervenho, ou o senhor Manuel Rodrigues, e eu não estou aqui a ser advogado de defesa do senhor Manuel Rodrigues, que ele não precisa de mim para o defender, somos sempre interrompidos, provocados pelo senhor Presidente da Câmara, somos interrompidos na tentativa de tentar ali uma atitude menos própria e de conseguir alguns pontos com isso, e depois há outras pessoas que intervêm, basta ir ver as gravações da reunião passada, intervêm, dialogam com o senhor Presidente, que ele diz que não se pode, mas não se pode com quem ele não quer. Dialogam com ele e tal e não sei quê, houve lá um indivíduo que teve ali vários tempos a dialogar com ele, e só quando lhe disse como é que ele havia de conduzir os trabalhos é que ele disse “espere aí que ainda quem conduz os trabalhos sou eu”, porque ele não admite ser contrariado.

O senhor Presidente da Câmara não gosta, nem admite ser contrariado por ninguém, mas depois o que é que acontece? Cala-me a mim, cala o senhor Manuel Rodrigues, cala quem o vem contrariar, e insurgiu-se comigo porque eu denunciei uma situação em que uma funcionária que não é da Câmara, é das Securitas ou o que é, que está lá a atender o telefone da Câmara, que me tratou mal, foi mal educada comigo, e não “vá ao livro de reclamações”. Quer dizer, a gente nas reuniões de Câmara só falamos aquilo que o senhor Presidente quer que a gente fale. Isto é o quê? Isto não é ditadura? Isto é uma ditadura, desculpe. O 25 de Abril deu liberdade de expressão às pessoas, portanto, isto para mim é uma ditadura.

E depois permite, quando tira a cidadãos que não faltam ao respeito a ninguém, e pode ser um bocadinho mais efusivo na forma como fala, ou não sei quê, mas acho que nunca faltei ao respeito a ninguém. Pode-se rir à vontade senhor Presidente, ainda não é proibido, nem eu o vou proibir. Esteja à vontade. O senhor é que gosta de proibir as pessoas, eu acho que proibir é proibido. E depois permite que outras pessoas, bobos da corte, que não merecem, e eu não vou chatear-me com um palerma, não é, mas bobos da corte, exibam fotografias, por acaso, minhas, não é, e não diz nada, e não diz nada porquê? Porque essa fotografia que o bobo da corte mostrou numa reunião de Câmara, eu nem queria perder tempo com isto, porque eu acho que isto é lamentável, perder tempo com um palerma, mas é lamentável.

Essa fotografia, e essa situação, foi denunciada aqui pelo senhor Presidente da Câmara, numa Assembleia de Câmara aqui, que eu me tinha ajoelhado numa Assembleia de Câmara do Seixal. Se eu me ajoelhei, foi um colega seu, do seu partido, do PS, que publicou com a minha autorização. Não me envergonho nada, voltaria a fazer o mesmo e demonstrei na reunião de Câmara seguinte que tinha razão, mostrei-lhe a licença de utilização e tudo, percebe? É lamentável é que o senhor só permita nas reuniões de Câmara lavagem de roupa suja que o senhor próprio promove, porque o senhor próprio promoveu aquela lavagem de roupa suja aqui. Não me afeta em nada, tenho muito orgulho daquilo que fiz, voltaria a fazer o mesmo. Nunca me ajoelharia era à sua frente, porque, de facto, o senhor não merece nenhum tipo de respeito da minha parte.”

Sr. João Henriques

“Eu venho em defesa da minha honra. Não admito a ninguém, que eu vou já dizer, quem nunca me deitou palha para eu comer. Não admito que me chame o nome que me chamou. E o senhor sabe perfeitamente que é verdade. Agora, desculpa-se. É uma vergonha nesta Câmara, estas assembleias e esta Câmara, o público não tem comportamento correto para falar com as pessoas. Se fosse na Câmara de Lisboa, na Câmara de Oeiras, e algumas câmaras, estas pessoas estavam expressamente proibidas de falar, ou então eram agarradas no braço e postas imediatamente na rua. Eu não sou pago pelo PS.

O que eu quero dizer é que esta Câmara e esta Assembleia devia pôr termos no comportamento do público. Ninguém, nem ninguém deste executivo, nem ninguém desta Assembleia, me paga para eu vir falar a favor de alguém. Os senhores sabem que se eu tiver que acusar o senhor Presidente Carlos Albino eu acuso, mas se eu tiver que o defender eu defendo, e se tiver que ir comer com algum de vocês, eu vou, ou beber um café. Eu não me compro por ninguém. E toda a gente sabe qual é a minha ideologia política. Eu sou do Bloco de Esquerda, não sou militante, mas sou do Bloco de Esquerda, e respeito toda a gente para poder ser respeitado. E o senhor tenha cuidado quando falar da mesma maneira que falou comigo. Não lhe admito nem a si nem a ninguém.”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Começar por responder a algumas questões colocadas pelo público, começando pelo senhor João Oliveira. Em primeiro lugar, quer desde já manifestar toda a sua solidariedade para com aquilo que lhes

veio aqui contar, que, infelizmente, neste caso, aconteceu no parque Zeca Afonso, mas essa situação poderia ter acontecido em muitos outros sítios do país. Infelizmente, aconteceu ali no parque Zeca Afonso. Dizer que a Câmara Municipal trabalha de forma muito próxima com as autoridades, seja com a PSP, seja com a GNR, e por isso mesmo é que têm vindo ao longo do tempo a apresentar um conjunto de propostas para assegurar a melhoria das condições de trabalho tanto da GNR como da PSP, seja obras nos seus equipamentos, e também em estreita colaboração com a autarquia da Baixa da Banheira que, até recentemente, à PSP de Alhos Vedros entregou 2 bicicletas para patrulhamento de vários espaços daquela freguesia. A Câmara também já adquiriu 2 viaturas, está só à espera da resposta da GNR para fazer a caracterização das mesmas, neste caso, entregar uma à PSP e uma à GNR, para que possam fazer aqui o patrulhamento.

Tentando ser célere e sucinto na resposta que vai dar, até para não coartar o tempo às outras respostas que também aqui são necessárias dar, a Câmara Municipal já está a pensar em alguns locais do concelho, nomeadamente, os parques que são fechados, pela facilidade, do ponto de vista burocrático, de garantir a colocação de câmaras de videovigilância, e isso está previsto para o parque da Moita e para o parque de Alhos Vedros, porque são parques fechados. Em espaços abertos, como todos calculam, a legislação dificulta a sua implementação, e por isso mesmo a identificação de alguns espaços públicos para colocar videovigilância já foi falado no sentido de ser feito no quadro da Área Metropolitana de Lisboa, que teria outro músculo e que, em consonância com todos os autarcas, até para fazer face aos investimentos que são necessários, certamente, iria acelerar e facilitar, e muito, o processo. Por isso, em relação a isso é o que aqui pode responder.

Em relação à polícia municipal, dizer que tem características, por exemplo, em Lisboa e no Porto, são o único sítio em que os polícias municipais podem andar armados, nos outros locais, ou seja, nos outros concelhos do país, as polícias municipais adquirem outro papel, um papel mais de fiscalizar os regulamentos municipais, dar apoio à PSP, dar apoio à GNR, dar apoio à proteção civil. Não tem uma vertente securitária, ou seja, não podem fazer o mesmo trabalho que fazem a PSP e a GNR, por isso são fiscais da Câmara, fardados como polícias, com um bocadinho mais de atribuições e alguma formação, mas não podem fazer aquilo que a PSP e a GNR podem fazer. Por isso, se tivessem visto a situação que o senhor João Oliveira aqui trouxe, e com a qual, desde já, está solidário, o que se verificava era que o que a polícia municipal teria que fazer para o efeito era, rapidamente, chamar a PSP, pela área de ação daquele local, ou seja, a polícia municipal, para esta situação, nada poderia fazer. Por isso, é importante, a polícia municipal poderá ser alvo de estudo, de análise, mas é muito importante que tenham a consciência do que é que estão a falar.

Depois, a senhora Rosa Paula Marques, pelo que pode ouvir, parece que ficou insatisfeita com a intervenção que a Câmara Municipal fez na Fonte da Prata e preferia outro tipo de intervenção. Lembrar só que não é necessário qualquer tipo de sinal no concelho da Moita, ou no território nacional, para que seja proibido estacionar em cima de passeios, porque quem diz que não se pode estacionar em cima de passeios é o código da estrada. Só é possível alguém estacionar em cima do passeio se houver um sinal a permitir que isso ocorra, quando não existir um sinal a permitir o estacionamento em cima do passeio, é proibido e é alvo de uma contra ordenação que, neste caso, será levantada pelas forças de segurança, seja a PSP ou a GNR, que aqui estão mandatadas para esse efeito.

Quer aqui dar nota que irão continuar a trabalhar, a alcatroar mais ruas, não só na Fonte da Prata, mas em outros pontos do concelho, e vão continuar a trabalhar nesse mesmo sentido.

Quanto àquilo que o senhor Eduardo Rocha aqui trouxe, sobre um alegado boicote do município relativamente a uma iniciativa que foi feita no 25 de Abril, dizer que a Câmara Municipal da Moita não boicota, nem boicotou, qualquer tipo de iniciativa. Não sabe de onde é que tirou essa ideia de que a Câmara Municipal fez qualquer tipo de boicote. Aliás, até viu que a iniciativa teve lugar, houve algumas pessoas que, livremente, participaram, algumas vindas até do Barreiro, participaram de vários sítios. Não tem nada a obstar em relação a essa situação. As pessoas são livres. Como disse, cada um é livre de comemorar o 25 de Abril como assim bem o entender. E o Presidente da Assembleia Municipal, e bem, quis fazer uma Sessão Solene, com a qual concordou desde a primeira hora, mas também dizer, desde já, que não teria nada concordar porque é uma iniciativa da Assembleia Municipal, cabe à Assembleia Municipal promover, e a Câmara Municipal, a única coisa que faz, é apoiar essa mesma iniciativa, solidarizando-se com o 25 de Abril e com a Assembleia Municipal.

E até porque é claro, e a Câmara Municipal tem que apoiar as iniciativas e as ações, dentro daquilo que é possível, da atividade da Assembleia Municipal. Aquilo é uma ação solene, ainda que com outros moldes, mas como esta Assembleia, e a Câmara Municipal apoia como é óbvio as comemorações do 25 de Abril, aliás, como se viu, que aqui mantiveram, com toda a normalidade, as comemorações e as iniciativas do 25 de Abril, e ainda tiveram oportunidade de passar por várias freguesias e várias autarquias, onde também os senhores Presidentes de Junta de Freguesia decidiram também eles, à

sua maneira, comemorar e desenvolver iniciativas a promover o 25 de Abril, como também um conjunto alargado de pessoas ligadas ao movimento associativo e associações.

Depois, o senhor Paulo Caetano fala aqui da REN, não é da REN, deve estar a fazer confusão com aquilo que aconteceu no último dia. O que disse, e pode ir verificar, por mais que uma vez, e do que falaram foi da APA. Sim, têm a autorização, e por terem a autorização estão a falar com os moradores da Quinta do Quadrado, algumas pessoas com as quais tinham vindo a reunir, para encontrar uma solução de contexto, tal como têm vindo a fazer com outros projetos que a autarquia tem feito. Ou seja, por norma, não trabalham as coisas aos bocados ou às peças. Sempre que possível, fazem e trabalham obras em todo o seu conjunto.

Depois, relativamente à última intervenção, que foi uma resposta a uma intervenção anterior, nada mais tem a acrescentar.

Em seguida, pediu permissão para passar a palavra ao Vereador António Carlos Pereira para falar sobre as outras questões colocadas.

Neste momento, perante interrupção por parte do senhor Paulo Caetano, a partir do público, pediu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, para parar de contar o tempo.

Sr. Paulo Caetano (sem recurso a microfone)

“Grande respeito e grande urbanidade que o senhor tem pelas pessoas. Mais uma vez, fica aqui provado que não responde. Isto é uma vergonha. Eu vou-me embora. Peço desculpa, mas este senhor faz isto para provocar estas atitudes nossas, que é um direito que o 25 de Abril nos consagrou, o direito há indignação. E este senhor não reponde às pessoas. Isto é uma vergonha. Isto é uma vergonha. Desculpe, isto é uma palhaçada. Isto que está aqui é uma palhaçada. Meta-me no tribunal outra vez, meta mais processos, porque o senhor paga a uma advogada para meter processos contra as pessoas. Desculpe lá, isto não vale a pena.”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

“Acho que sim, porque senão tenho que suspender a sessão.”

Sr. Paulo Caetano (sem recurso a microfone)

“Eu peço desculpa ao senhor Presidente, peço desculpa às pessoas, mas isto é uma vergonha, e os senhores têm que estar aí tão indignados. E agora eu vou para casa ouvir as respostas também dos senhores vereadores da oposição em relação a isto, porque não há oposição na Moita, este senhor faz o que quer. Peço desculpa, com todo o respeito que tenho por vocês.”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

“Eu aceito as suas desculpas, mas deixe-nos seguir os trabalhos, se faz favor.”

Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira

Respondendo à senhora Rosa Paula Marques, sobre as intervenções no polidesportivo da Fonte da Prata, dizer que as intervenções nos polidesportivos estão calendarizadas, têm um programa e têm um plano para se fazer as intervenções. Efetivamente, muitos polidesportivos que estavam a necessitar de se fazer as intervenções, alguns num estado que requerem intervenções mais estruturantes, e mais de fundo, portanto, têm feito numa planificação, nestes últimos tempos, algumas intervenções, como tem sido o caso do polidesportivo do bairro Gouveia, e outros, e esta na Fonte da Prata, naturalmente.

Também estão a acompanhar e têm estado a fazer até algumas reuniões, no âmbito do programa AtletisMoita, e daquilo que têm sido estas provas desportivas, convocando os clubes desportivos. Têm estado no complexo municipal da Fonte da Prata, têm essa perceção de que há, efetivamente, ali alguma necessidade de se fazer as intervenções naquele campo polidesportivo, sobretudo no piso sintético, que sofreu ali vandalismos, porque as redes e aquele campo sintético foi incendiado. Já fizeram alguma intervenção para remediar, mas intervenções de fundo, com alguma importância de verbas, que lhes exigem também outro tipo de trabalho e intervenção, mas é neste quadro que as irão fazer, como disse, como têm feito noutros locais, também em Alhos Vedros, estas intervenções nos polidesportivos. Portanto, têm esta planificação, e tão breve quanto possível, irão fazer esta intervenção naquele complexo municipal na Fonte da Prata.

Se me permitirem, também respondendo no caso do município Eduardo Rocha, que coloca aqui duas questões, uma que tem a ver com o funcionamento da escola secundária e dos alunos sem aulas. Já teve oportunidade, na última reunião de Câmara, na semana passada, de dar esta mesma informação, que há um bloco, o bloco E dessa escola secundária, esse edifício está suspenso, e foi uma proposta, e naturalmente aceite, de suspender as atividades escolares naquele bloco, atendendo àquilo que foi a depressão Martinho, aquilo que foi aquela quinta para sexta-feira, dia 20 de março, em que várias escolas do município, sobretudo as escolas 2,3 e as escolas secundárias, tiveram ali um conjunto de problemas, naquilo que foi as intempéries e aquela anomalia de tempo.

Estas escolas tiveram estes problemas, daí terem estado fechadas naquela sexta-feira fechadas, e alguns outros dias a seguir em que também tiveram que acabaram por ter que ficar suspensas as atividades letivas, porque foram coberturas, foram vários danos que aconteceram nestas escolas. Esta foi uma das escolas que teve este problema na sua cobertura, neste bloco, como também outros problemas na própria escola, como foi o caso de algumas árvores que estavam na iminência de poder ter ali problemas de maior, e que estavam a impedir até o acesso a outros blocos, e foi necessário fazer ali um perímetro de segurança, ter zonas de segurança para não comprometer o funcionamento das escolas, das atividades com os alunos e com todos aqueles que lá frequentam, portanto, foi este perímetro de segurança que foi ali definido e assegurado, para não haver problemas maiores.

No caso do bloco E as atividades estão suspensas, são 12 salas que, neste momento, estão inativas deste bloco, mas que não compromete o funcionamento das aulas. O diretor dá-lhes esta informação, de que os alunos têm sido colocados em outras salas, têm estado a fazer o funcionamento. É neste quadro que têm estado a assegurar o funcionamento nesta escola para todos os alunos, e não comprometer a sua atividade no seu percurso letivo, portanto, é esta a informação que tem para dar relativamente à escola e às atividades que se mantêm. Naturalmente, teve aqui também uma outra questão, que foi os próprios investimentos que a escola está a fazer com os CTE' s, os Centros Tecnológicos Especializados, os cursos tecnológicos especializados, portanto, também tem ali um investimento que obriga a ter outra organização em termos do espaço, e neste quadro foi feita essa intervenção.

Sobre a Universidade Sénior, não se vai aqui alongar relativamente àquilo que já foi, por várias vezes, apresentado relativamente ao funcionamento, às atividades da Universidade Sénior, ao seu ano letivo 24/25, que já foi debatido, já foi apresentado e já foi aqui falado sobre esta questão, portanto, têm as suas atividades.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Para que não fique nenhuma pergunta por responder, dizer que já estão identificados os sítios e os locais onde estão guardados, neste caso ,os mupis, e serão recolocados pelos serviços.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Quer só dizer o seguinte em relação a esta última resposta do senhor Presidente, que é a terceira vez que esta resposta é dada, portanto, aguardam que não tenha que haver uma quarta situação em relação a isto. Em relação à questão que deu aqui azo a algum mau estar, pensa que é tempo de acabar com isto. O senhor Paulo Caetano já veio aqui, várias vezes, colocar esta questão e pensa que o senhor Presidente tem obrigação de acabar com isto, dizendo se vai ou não vai alcatroar a rua. É a pergunta que o senhor faz, só tem que dar uma resposta, sim porque, não porque, e acabam com isto. E o senhor deixa também de ter argumentos para vir aqui, sistematicamente, alterar-se, porque como não obtém resposta é normal que se altere.

Em seguida, perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

Eu gostaria de intervir no sentido de perceber se, efetivamente, todos os alunos da escola secundária da Baixa da Banheira estão, neste momento, a ter o seu horário e as suas aulas de uma forma normal, porque não é essa a informação que tem. A informação que tem é que ainda existem alunos que não têm uma frequência assegurada normalmente. Em relação a esta situação, sabe que a Professora Elizabete já que tinha focado na reunião de Câmara e, posteriormente, tentou informar-se e, realmente, não foi essa a informação que obteve, por isso a questão que está aqui levantar novamente.

Por outro lado, sabe que no arranjo das árvores no perímetro da escola que foram necessárias ser derrubadas, ficaram os restos dessas árvores em decomposição, nomeadamente, troncos caídos no exterior. Mais, quem percorra o perímetro daquela escola, verifica que os exteriores estão num estado

completamente lastimável. A erva, sobretudo naquela zona que, muitas vezes, era utilizada para a prática de educação física dos alunos, junto à subida para o cemitério do Vale da Amoreira, porque aquela escola tem uma área exterior bastante grande, aquela zona está completamente cheia de erva, completamente lastimável, nem sequer qualquer atividade de corta mato, neste momento, ali pode ser efetuada.

Portanto, gostaria de saber em relação aos alunos se, realmente, é verdade que todos eles já têm aulas, e se não têm, porque é que a própria Câmara Municipal, como foi sugerido pelo munícipe Eduardo Rocha, colocando um contentor que possibilite, exatamente, essa retomada do ano letivo. Por outro lado, gostaria de sugerir, que uma delegação desta Assembleia Municipal se desloque à sede do agrupamento, e tentar perceber, efetivamente, qual é a situação que se verifica na escola, porque, realmente, há uma diferença substancial entre as informações que lhes estão a ser veiculadas pelo senhor Vereador e aquilo que as pessoas comentam na zona.

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

Pedi a intervenção neste momento, porque acha que, consecutivamente, nestas assembleias têm tido intervenções que, de facto, deixam muito a desejar no cumprimento daquilo que é o regimento desta Assembleia, e aquilo que é o respeito por todos os deputados municipais que aqui estão, membros da Câmara e restantes elementos que estão aqui a trabalhar nesta Assembleia. É óbvio que todos são da opinião que os munícipes devem, sempre que têm situações de questionamento à Câmara, de sugestões, até de problemas que possam existir e que queiram ver uma resposta, que venham e que façam essas questões. O que não podem é estar sujeitos a este tipo de atitudes que assistiram em duas intervenções aqui nesta Assembleia Municipal. E, não contentes com este tipo de intervenções, ainda continuaram, fora desse momento, a fazer a interrupção dos trabalhos, a denegrir tudo aquilo que é os trabalhos que esta Assembleia faz, e a desrespeitar todos os deputados municipais que aqui estão a fazer um trabalho eleitos pelo povo.

E é importante que esta Assembleia, de uma vez por todas, não permita, de alguma forma, que algumas pessoas tentem que isto seja normal. Isto não é normal numa Assembleia Municipal. Não é normal. E por isso é importante que, todos, não tentem normalizar este tipo de atitudes, porque na realidade isto não é normal acontecer numa Assembleia. Isto desrespeita as pessoas que aqui estão a trabalhar.

Depois, queria só deixar aqui uma nota aos vários intervenientes que aqui vieram, nomeadamente alguns munícipes que vieram fazer questões que fazem parte dos trabalhos, que fazem sentido serem colocadas aqui, e isso é que é importante neste tipo de intervenções do público, não é estarem a questionar o trabalho de uns e de outros, porque este disse, porque aquele escreveu. Acredita que isto seja importante para muitas das pessoas que aqui vêm, se calhar, não é importante para as pessoas que estão a assistir a esta Assembleia e, se calhar, muito menos para os deputados municipais que querem, efetivamente, trabalhar assuntos que são importantes para a Câmara e que são importantes para todos os munícipes.

Por último, queria só deixar aqui uma nota importante que tem a ver com uma intervenção que foi feita aqui pelo senhor munícipe Eduardo Rocha, sobre a questão do suposto boicote ao desfile popular porque, realmente, tem a mesma opinião manifestada pelo senhor Presidente da Câmara. As pessoas têm o direito de festejar o 25 de Abril como entenderem, e não viu Câmara Municipal a meter baias nas estradas para a população não passar, não viu a Câmara Municipal a fazer nada que fosse sinal de algum boicote a este desfile. Sabe porque é que existe esta expressão “boicote”? O boicote existe porque não é como eles querem, é porque a Câmara decidiu, neste mandato, fazer os festejos do 25 de Abril de outra maneira que não aquela que tinha sido feita até agora, e isso é que é preocupante para as pessoas que aqui vêm a falar sobre boicotes.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

Antes de mais agradecer todos os contributos tão saudáveis para a democracia, por parte dos cidadãos, e, ainda assim, gostaria de enaltecer a intervenção do primeiro cidadão a intervir, o Senhor João Oliveira, e gostaria de enaltecer que, nesta mesma Assembleia Municipal, já foi proposta a elaboração de um estudo para a criação de uma polícia municipal, tendo o mesmo sido, infelizmente, reprovado. E fica preocupado com aquilo que este jovem aqui lhes trouxe hoje, e que só vem trazer à tona aquilo que o levou à apresentação da moção para a elaboração desse estudo. Espera que a Câmara Municipal, bem como o seu executivo, ouça a voz deste jovem.

Quanto à implementação do sistema de vídeo proteção, foi também apresentada esta proposta, tendo sido aprovada, esperando que a mesma seja, o quanto antes, implementada para prevenir estas e outras situações similares.

Aconselha ainda o senhor Presidente da Câmara Municipal a estudar a lei que regula a polícia municipal, pois existem dois regimes no que concerne às polícias municipais, o regime comum e o regime especial, mas ambas são reguladas pela mesma lei, a Lei 19/2004. Entre outras inverdades, as polícias municipais referidas como outras pelo senhor Presidente, têm poderes de autoridade, não são apenas fiscais fardados, como referido, portanto, convinha apenas repor esta verdade, sendo que as mesmas andam também, sim, munidas de meios coercivos, conforme a mesma lei prevê, caso assim o município o entenda.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Vais fazer suas as palavras do senhor Deputado Daniel Serpa. É verdade que não é normal, mas o que não é normal é terem um Presidente que desrespeita a Assembleia e desrespeita quem cá vem. Isso é que não é normal, e é por isso é que têm situações como estas que acontecem recorrentemente.

Dizia o senhor João Oliveira, acerca da segurança, que não pode ter medo. É verdade, concordo plenamente com ele, não podem, nenhum dos presentes, ter medo, e por isso é que é preciso criar condições às forças de segurança para executarem, condignamente, o seu trabalho. E esta autarquia, neste mandato, aprovou aqui uma proposta de colocar à venda um terreno que estava destinado à construção de uma nova esquadra da polícia na freguesia da Baixa da Banheira. É isto que está a ser feito aqui pelo PS. A CDU defende, há muito tempo, o reforço das condições dadas às forças de segurança, a continuação da polícia de proximidade, que tão bons resultados deu durante tantos anos, e que tem estado a ser abandonado.

Quer também, agora acerca da intervenção do senhor Manuel Rodrigues, na sua pessoa, homenagear, mais uma vez, o seu pai, porque é verdade que foi um lutador pela liberdade e é verdade que foi ele, com outros, não foi só ele, foi um conjunto de cidadãos, que no 25 de Abril e até às primeiras eleições autárquicas, faziam parte da Comissão Administrativa do Município da Moita e criaram as condições para que se fosse instalado o poder local democrático. Portanto, têm que agradecer sempre ao senhor Staline Rodrigues e aos outros que fizeram parte da Comissão Administrativa.

Quer também dar aqui nota das questões que foram colocadas sobre a escola secundária da Baixa da Banheira, onde foi aluno, e as condições que aquela escola, neste momento, apresenta são lamentáveis. O PS quis estas competências, dizia que queria estas competências para executar, que a CDU tinha medo, mas afinal quis as competências, mas não fez nada. Não sabe se foi incompetência, se por vontade própria, o que é certo é que é que não fez.

O senhor Paulo Caetano, que veio aqui, mais uma vez, com um tema que é recorrente, com um tema que é recorrente o senhor Presidente não responder e, mais uma vez, voltou a não responder.

Quanto há questão colocada sobre a Universidade Sénior, pois claro, todos perceberam o que é que se passou com a demissão do anterior responsável pelo Universidade Sénior, que foi, claramente, uma retaliação política. Podem querer fazê-los passar por parvos, mas é o que têm direito aqui nesta Assembleia por parte deste executivo. E, mais uma vez, quando ouviram o senhor Presidente dizer que nunca boicotou o desfile, vão todos aqui acreditar que isso aconteceu mesmo. Vão todos acreditar. Vão fazer de conta que isso não aconteceu, sabendo que foi, exatamente, o contrário, e foi exatamente o contrário durante todo o mandato.

Aliás, estão aqui vários eleitos que estiveram em algumas reuniões das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, e sabem o que é que se passou lá. O que é que todos diziam, o que é que todos disseram e depois o que é que aconteceu. Portanto, dizer que não boicotou desfile nenhum, vão acreditar, basicamente, vão acreditar. E quer só dar aqui também um agradecimento a todos aqueles que participaram e organizaram o desfile, que foi uma magnífica demonstração de liberdade neste concelho.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
Por não ter mais pedidos de intervenção deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

- 2.1 - Moção “Pela criação do Código Regulamentar no Município da Moita”, apresentada pelo Deputado Municipal Independente Bruno Mendes;
- 2.2 - Voto de Saudação “AO 25 de Abril e 1º DE MAIO”, apresentado pelo Grupo Municipal do BE;
- 2.3 - Moção “Dia Internacional do Trabalhador”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS;
- 2.4 - Saudação “25 de Abril”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.5 - Saudação “1.º DE MAIO DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU

Em seguida, pediu ao Deputado Municipal Independente Bruno Mendes para proceder à apresentação do documento 2.1.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Moção Pela criação do Código Regulamentar no Município da Moita

Esta moção pretende sistematizar todos os regulamentos externos gerais em vigor no Município da Moita, bem como outras matérias cuja regulamentação se tornou necessária, pelo excesso legislativo em áreas que já eram ou passaram a ser da competência dos municípios.

Sendo que, este seria um passo fundamental, no sentido de modernizar a atividade administrativa municipal, seja na ótica do munícipe ou na ótica dos serviços municipais que diariamente têm de usar as mais diversas normas, sendo que o devem fazer de uma forma célere e intuitiva no atendimento das necessidades dos cidadãos, evitando-se assim uma dispersão normativa, em muitas situações contraditória e susceptível de confusão, por exemplo, o Regulamento de Espaço Público e Publicidade do Município da Moita nem de um índice dispõe, algo de que padece também o Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município da Moita e o Regulamento de Urbanização e Edificação do Município da Moita.

Atualmente, quem acessa ao site da Câmara Municipal da Moita, com o objetivo de consultar os diversos regulamentos e normas municipais, depara-se com uma tamanha confusão de regulamentos, alterações, republicações ou anexos, acreditando que, qualquer um que procure tal informação, por vezes desista de a obter, depois de se deparar com tantas normas dispersas.

Com a criação deste Código Regulamentar do Município da Moita, aqui agora proposto aproveitar-se-ia também para atualizar muita da matéria regulamentar que, alguma dela, já possui algumas dezenas de anos e que, por isso, se demonstra desadequada à realidade e a alguns dos diplomas habilitantes, sendo que, se deveria optar por sistematizar o mesmo em Títulos, que representam, cada um deles, as diferentes áreas de intervenção municipal que carecem de regulamentação externa, de forma a sanar as dificuldades de consulta do mesmo e que atrás foram enumeradas.

Assim, e caso a presente moção seja aprovada devem:

1. Mover-se esforços para a criação do Código Regulamentar do Município da Moita, tendo como linha orientadora, a intenção de agregar de forma, clara, objetiva e transparente, todas as normas regulamentares de aplicação externa, facilitando assim a relação administrativa da Autarquia com os seus munícipes;
2. Ser, na redação do mesmo documento incorporadas matérias contidas em regulamentos já existentes e que foram objeto de reapreciação e atualização, face aos regimes jurídicos em vigor;
3. Ser ainda, introduzidas novas matérias relativamente às quais não existe ainda regulamentação.”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria** com três votos a favor, sendo um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; vinte e sete abstenções, sendo quinze do PS, dez da CDU, duas do BE.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do BE para proceder à apresentação do documento 2.2.

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

**“Voto de Saudação
AO 25 de Abril e 1º DE MAIO**

No nosso concelho comemorámos mais uma vez e com a dignidade que se exige, o quinquagésimo primeiro aniversário da revolução de Abril com um desfile popular e uma sessão solene desta Assembleia.

Saudamos daqui todos os que participaram nestes eventos.

Saudamos também os 51 anos de comemoração em liberdade do 1º de Maio apelando por isso à participação de todos nos desfiles de festa e protesto que terão lugar em vários pontos do país, nomeadamente em Setúbal e Lisboa em defesa do Estado Social, da Segurança Social pública, do direito a cuidados de saúde públicos SNS, à educação pública, à habitação e ao aumento da oferta pública desta, ao direito ao trabalho e a salários dignos, à contratação coletiva e ao fim da caducidade dos Contratos Coletivos de Trabalho.

Numa altura em que as políticas comerciais a nível mundial fazem antever uma grave crise económica, crise que historicamente o capital sempre aproveita para reduzir os direitos dos trabalhadores, faz todo o sentido relembrar os direitos conquistados e defender todos sem exceção.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita reunida a 29 de Abril de 2025, delibera:

1. Saudar o 25 de Abril e 1º de Maio e, neste, a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário e pensões e de serviços públicos e habitação de qualidade.
2. Exortar a participação dos cidadãos do Concelho nas comemorações do 1º de Maio como forma e prosseguimento da melhoria das condições de vida, de saúde, de trabalho e condições a ele ligado, nomeadamente a continuidade da melhoria do salário mínimo, da Contratação Coletiva, a aplicação das normas que preveem o prolongamento da renovação automática das convenções na falta de acordo, bem como a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador nos Contratos Coletivos de Trabalho entretanto caducados.”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu o voto de saudação a votação.

Submetido a votação, o **voto de saudação** foi **aprovado** por **maioria** com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD; duas abstenções, sendo uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.3.

“Moção
Dia Internacional do Trabalhador

O 1.º de Maio transcende a mera marcação no calendário: é um símbolo universal da luta histórica pela dignidade, pelos direitos e pela liberdade de trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo. Recordamos, nesta data, as origens desta celebração, enraizadas nas jornadas heroicas de 1886, em Chicago, onde milhares de homens e mulheres ousaram reivindicar condições que, atualmente, consideramos fundamentais: uma vida digna, trabalho justo, e tempo reservado à família, ao descanso e ao exercício pleno da cidadania.

Em Portugal, o 1.º de Maio adquire um significado particularmente profundo.

Após décadas de regime ditatorial, a Revolução de Abril veio assegurar a consagração de direitos laborais e sindicais, a liberdade de associação e a valorização do trabalho enquanto pilar essencial de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

No presente, mais do que nunca, impõe-se o dever de honrar este legado. A transformação tecnológica, a emergência de novas formas de organização laboral e os desafios impostos pela globalização económica não podem, sob qualquer pretexto, ameaçar as conquistas alcançadas a custo de imensos sacrifícios. Cumpre-nos assegurar que o trabalho continue a ser fonte de dignidade, de desenvolvimento pessoal e de coesão social.

Valorizar quem trabalha é, em última instância, fortalecer a democracia.

Proteger o emprego digno, garantir a igualdade de oportunidades e promover a justiça social são compromissos indispensáveis para salvaguardar o futuro.

Neste espírito, torna-se importante reafirmar esses valores e o compromisso em promover:

- A dignidade do trabalho e dos trabalhadores;
- A defesa dos direitos laborais conquistados, assegurando a sua permanente atualização face a novos desafios;
- A valorização dos salários e a melhoria contínua das condições de trabalho;
- A igualdade de género, a inclusão social e a promoção do equilíbrio entre vida profissional, familiar e pessoal.

Assim, Assembleia Municipal da Moita, reunida em sessão ordinária delibera:

1. Saudar e homenagear todas as trabalhadoras e trabalhadores, em especial os do concelho da Moita reconhecendo o seu contributo essencial para o progresso e para a coesão social;
2. Reafirmar o seu compromisso com a defesa do trabalho digno, dos direitos sociais e da justiça no mundo laboral;

Em caso de aprovação a moção deve ser enviada para o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, às centrais sindicais e às organizações representativas dos trabalhadores no concelho da Moita.

Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita
Moita, 29 de abril de 2025”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do CDU para proceder à apresentação do documento 2.4.

Deputada Ana Cristina Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

**“Saudação
25 de Abril**

A CDU saúda as comemorações populares do 25 de Abril. Saudamos todos quantos, trazendo Abril no coração, insistem em celebrá-lo e estão dispostos a lutar para que se concretize o seu projeto de realização de uma sociedade mais justa, mais solidária e livre.

Neste momento em que comemoramos a Revolução de Abril, esse acontecimento maior da nossa história contemporânea e um dos mais altos momentos da nossa secular vida coletiva, o nosso pensamento dirige-se em muitas direções.

Vai ao encontro daqueles que ousaram tomar a iniciativa militar – o Movimento das Forças Armadas - e por isso, os saudamos e não esquecemos!

Vai ao encontro das sucessivas gerações que, com a sua luta, a sua coragem, generosidade e sacrifício, alguns da própria vida, foram construindo durante 48 anos, debaixo da mais feroz repressão, prisões e violência, o longo e doloroso caminho que nos havia de conduzir ao Abril da Revolução libertadora, pondo fim ao regime fascista.

Esse odioso regime de quase meio século de opressão, atraso económico, social, cultural e civilizacional, analfabetismo, emigração em massa, isolamento internacional e guerra, que usava a violência como instrumento repressivo de proteção e sustentação da ditadura terrorista dos monopólios e latifúndios.

A todos os democratas e antifascistas rendemos a nossa sentida homenagem.

Vai ao encontro dos que transformaram aquele corajoso ato militar inicial em Revolução com a sua criadora e transformadora - os trabalhadores e o povo de Portugal!

Essa geração de homens e mulheres que, unindo esforços na frutuosa aliança de Povo/MFA, garantiram a democratização da sociedade portuguesa e importantes e inolvidáveis conquistas, que produziram profundas transformações económicas, sociais, políticas e civilizacionais.

Transformações que moldaram e deram forma à democracia portuguesa, que a Constituição da República consagrou como projeto de realização da nossa vida coletiva.

Uma democracia não apenas política, com as inerentes liberdades, o pluralismo, eleições e a participação direta do povo, mas também a dimensão económica, social e cultural.

Dimensão económica, garantida pela propriedade social dos sectores básicos e estratégicos nacionais colocados ao serviço dos trabalhadores e do povo e com a sua participação.

Dimensão social, com a consagração de amplos direitos laborais, individuais e coletivos, como aqueles foram conquistados no desenvolvimento do processo revolucionário, nomeadamente o direito ao emprego com direitos e a garantia direitos sociais universais, à saúde, à educação, à proteção social.

Nesta dimensão e porque é importante não esquecer, foi a Revolução de Abril que assegurou o direito à livre organização sindical, ao direito à manifestação e à greve; que consagrou a proibição dos despedimentos sem justa causa; que procedeu à criação do salário mínimo nacional; que promoveu o aumento e alargamento das pensões de reforma e grandes avanços nos domínios da saúde, com a criação do Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito, mas também no ensino em todos níveis.

Na sua dimensão cultural, a democracia conquistada traduzia-se, a cada avanço do processo revolucionário, no acesso das massas populares à fruição e criação cultural.

Na democracia de Abril, tem um papel de relevo o Poder Local Democrático. O poder local que expressa e assegura o direito do povo de decidir sobre os problemas das suas terras e o seu desenvolvimento.

Uma democracia que se quis ampla e densa em direitos, liberdades e garantias e que a prolongada ação das últimas décadas de governos ao serviço dos grandes interesses económicos foi amputando, mutilando e também esvaziando, atingindo o conjunto das suas vertentes, com particular evidência e gravidade para a económica e social, onde o processo privatizador dos sectores estratégicos e da banca marcou gravemente o processo de desenvolvimento do País, com a sua entrega ao estrangeiro, pondo em causa também o nosso desenvolvimento soberano.

Uma entrega que não só tornou o País mais frágil e dependente como, no domínio dos direitos sociais e laborais, impulsionou, com a ação deliberada dos governos apostados numa política de recuperação

monopolista e latifundiária, um grave retrocesso nas condições de vida e de trabalho do povo trabalhador.

Falamos de toda uma ação anti-social e anti-laboral que, promovendo a precarização das relações de trabalho, levou a uma política de contenção e regressão do valor real dos salários e reformas e, no plano das funções sociais do Estado, à degradação dos serviços que as haviam de assegurar, bem patente nos graves problemas que enfrenta o SNS.

O processo anti-Abril só não foi mais longe na sua ação destruidora, graças à prolongada e combativa luta dos trabalhadores e das populações e, por isso, o nosso pensamento vai neste momento de celebração também para aqueles que, com a sua ação nestas últimas décadas, nunca desistiram de defender Abril e as suas conquistas.

Vai para todos os democratas que tudo têm feito e continuam a fazer para que se realize mais uma vez e em segurança o Desfile da Liberdade no concelho da Moita. Terra de resistência e luta. Também aqui Abril abriu portas que, enquanto o povo se unir assim para sair à rua, não se fecharão mais.

Vai para aqueles que hoje continuam esse combate por uma vida melhor, inspirados nos nobres ideais de Abril, e se empenham e trabalham para que Abril se cumpra nos seus desígnios emancipadores e libertadores.

E esse é o grande desafio que temos em mãos como cidadãos e como eleitos nesta autarquia.

Um desafio exigente, num tempo em que se avolumam crescentes perigos de degradação da democracia pela ação das forças da direita e o seu projeto de levar mais longe o processo contra-revolucionário, de reversão e anulação de Abril, mas também daqueles que, não negando Abril em palavras, tomam partido e optam por uma política ao serviço dos poderosos, em prejuízo das condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Este é, portanto, um tempo de luta. E os eleitos da CDU estarão ao lado de quem a trava - nas empresas e locais de trabalho, pelo aumento dos salários e dos direitos laborais; pelo aumento das pensões; pelo direito à saúde, à habitação, pelos direitos das crianças e dos pais, por melhores condições de vida para todos!

E por isso estivemos junto do movimento popular associativo e dos trabalhadores no desfile comemorativo do 25 de abril promovido pela Comissão promotora do Desfile para afirmar abril e os seus valores. Que aqui Saudamos, pela coragem e resistência .

Sendo que se aproximam importantes batalhas eleitorais, este momento de comemoração é também um tempo de opções - de opções por Abril e pelos seus valores. Tempo de criar condições para a afirmação e construção de uma verdadeira alternativa à política de direita na vida nacional.

Os valores de Abril permanecem válidos e atuais como são: a liberdade, pertença do povo e do indivíduo; a emancipação social; a natureza do Estado concebido para responder aos interesses e necessidades do povo e do país, em oposição à concepção do Estado como instrumento do capital; o desenvolvimento visando a melhoria do nível de vida dos portugueses; o pleno emprego; uma justa e equilibrada repartição da riqueza nacional; os direitos sociais universais; os valores da independência como espaço da nossa liberdade, identidade e soberania.

Abril significou e significa um Portugal de futuro. Estamos convictos de que a concretização dos valores de Abril é uma necessidade objetiva para um Portugal fraterno e de progresso.

Abril vencerá!

Abril é mais futuro!

Viva o 25 de Abril!

A Bancada da CDU

A ser aprovada, enviar a:

Assembleia da República

Presidência da República

União dos Resistentes Anti-fascistas Portugueses

Comissão promotora do Desfile do 25 de Abril na Moita”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

Quería só deixar aqui uma nota. Na leitura deste texto todo há, claramente, temas que são aqui abordados, e uma parte da ideologia aqui abordada, sobre a questão do 25 de Abril que, pessoalmente, acompanha.

Não pode acompanhar, como é óbvio, é quando começam a falar sobre as liberdades e garantias de uma ação prolongada das últimas décadas de governos ao serviço dos grandes interesses económicos, porque não veem isto, como é óbvio, como uma realidade. Houve desenvolvimento nas últimas décadas, podia-se ter feito muito mais, podia-se ter feito de maneira diferente, é verdade, mas isto que aqui está não corresponde à realidade, na sua opinião, e por isso, como é óbvio, não poderá acompanhar esta moção.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

É evidente que a bancada do PS não vai acompanhar a moção. No entanto, quer deixar aqui um elogio à bancada da CDU pela elaboração cuidada desta moção. É, das moções da CDU, deve dizer isto, na sua opinião, mais trabalhadas dos últimos tempos. É um bom esforço, mas é evidente que a CDU não consegue deixar aquela imagem que é habitual, e é a normal, que é transmitir-lhes, de alguma forma, que o 25 de Abril é da CDU e do PC. Não é nada disso. Estes últimos 51 anos têm uma história, uma história que já é conhecida, e todos se recordam do que tem sido este percurso. Portanto, as forças anti Abril, a defesa dos grandes grupos económicos, esta demarcação que é feita, de uma forma sistemática, a culpa do não sucesso ou, pelo menos, do não conseguido sucesso total sobre o que o 25 de Abril pretendia, até agora, é culpa de todos, menos da CDU e do PC, como se 75 fosse algo para todos se esquecerem.

E é evidente que é muito difícil acompanhar a moção no sentido favorável, por causa dessa dose, perdoem-no, que tem que chamar de exagerada hipocrisia. Todos cometeram erros, e quando está a falar que todos cometeram é no sentido dos partidos, todos os partidos cometem erros, e nota-se que a CDU, e o PC, está a tentar mostrar algum arrependimento dos erros que também cometeu, mas ainda não os declarou de forma evidente. E era fundamental, para se poder aprovar esta moção, que o PCP, ou a CDU, reconhecesse também os seus erros, e alguns deles enormes erros. Porque, por vezes, o espírito de Abril confunde-se com a necessidade de ter existido um 25 de Novembro.

Portanto, tudo isto é complexo, tudo isto ainda não é de total abertura, e esta tentativa de tudo o que é nobre do 25 de Abril, tudo o que é nobre daquilo que se pretendeu no 25 de Abril, é apoiado pelo PC. Não vale a pena estarem a fazer mais história, por tudo isto, pelas contradições, pela dose de hipocrisia, é evidente que é impossível votarem a moção no sentido favorável.

Deputada Teresa Lésico do Grupo Municipal da CDU

Não era para intervir sobre uma moção do seu grupo municipal da Assembleia, mas dada a intervenção do senhor Deputado António Costa, é obrigada a intervir. Porque, a CDU, nesta moção, tem aqui uma frase que é logo sistematicamente muito abrangente: “Saudamos todos quantos, trazendo Abril no coração, insistem em celebrá-lo e estão dispostos a lutar para que se concretize o seu projeto de realização de uma sociedade mais justa, mais solidária e livre.” Ao longo destes anos, em que muitos dos que estão se conhecem, uma das coisas que sempre dividiram, foi que na CDU têm a certeza que abraçam tudo quanto inspiraram na noite de 24 para 25 que era construir uma sociedade mais justa.

Por vezes ouve que o PCP, ou que os comunistas dizem que eles é que fizeram, que eles é que são os reis da parada, e é mentira. Sempre abriram o caminho para que todos possam construir a tal sociedade justa. Agora, claro que têm que condenar, quando governos que estão lá são alguns, e foram alguns, do Partido Socialista, automaticamente não fizeram o melhor para a tal sociedade mais justa que a CDU defende, e que todos defendem.

Mas, também quero dizer que, ultimamente, tem vindo a assistir a algo que não era para assistirem todos quanto estão aqui, que é começarem uns para lá, outros para cá, e vão estendendo, a esquerda, e os verdadeiros socialistas, uma passadeira para a extrema direita ir avançando. Vão ter que ter cuidado. Cuidado. Estão aqui para construir a tal sociedade mais justa, e não o que muito se começa a notar aqui. Cuidado.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **reprovada** por **maioria** com doze votos a favor, sendo dez da CDU, dois do BE; dezassete votos contra, sendo quinze do PS, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; uma abstenção do PSD.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.5.

Deputado Rui Pedro Garcia do Grupo Municipal da CDU

“Saudação

1.º DE MAIO DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

O dia 1.º de Maio, Dia Mundial dos trabalhadores, homenageia a luta de mulheres e de homens que, em todo o mundo, lutaram e lutam por melhores condições de vida e de trabalho e pela construção de sociedades mais justas.

O 1.º de Maio representa a luta por direitos e pela justiça social, por melhores condições de vida e de trabalho, por emprego com direitos, por salários e horários dignos. Representa também a unidade, a solidariedade e a fraternidade dos trabalhadores. A luta dos trabalhadores e da organização do movimento sindical têm contribuído decisivamente para um objectivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.

No nosso país, foi o 25 de Abril que tornou possível celebrar de novo o 1º de Maio em liberdade. Também cá, a luta dos trabalhadores tem sido fundamental para combater medidas políticas que continuam a levar ao empobrecimento dos trabalhadores e do país. Não podemos esquecer o passado recente, em que a luta dos trabalhadores conseguiu a atualização do salário mínimo nacional, os tímidos avanços para professores, médicos e bombeiros, entre outros direitos e conquistas nos locais de trabalho, empresas e sectores.

Mas é preciso ir muito mais longe e atacar as causas que estão na origem da pobreza de quem tem um emprego, é urgente e necessário valorizar o trabalho e os trabalhadores, isto é

- Aumentar salários e pensões;
- Regular horários de trabalho;
- Criar e garantir emprego com direitos;
- Reduzir a idade da reforma para os 65 anos;
- Apoiar os jovens na procura do primeiro emprego;
- Combater eficazmente a precariedade laboral;
- Desbloquear e dinamizar a negociação e contratação coletiva;
- Revogar as normas gravosas da legislação laboral;
- Defender os serviços públicos e as funções sociais do estado.

Assim a Assembleia Municipal da Moita reunida a 28 de abril de 2025 delibera:

1. Saudar o 1º de Maio como jornada de luta para todos os trabalhadores para aumentar salários e pensões, garantir direitos e combater a exploração.
2. Apelar à sua participação da população nas comemorações do 1º de Maio em Lisboa.
3. Saudar todos os trabalhadores do Concelho da Moita, em particular os trabalhadores das autarquias do concelho da Moita.

A Bancada da CDU

A ser aprovada, remeter esta saudação para a União de Sindicatos da Região de Setúbal”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Sempre é simples, é quando se quer, fazer-se uma saudação, uma moção, ou qualquer coisa parecida, que vai ao encontro daquilo que são as perspetivas de todos, portanto, é simples o Partido Socialista votar favoravelmente esta saudação ao 1º de Maio, não é pelo facto de ser apresentada pela CDU, nem nada disso, é pelo conteúdo, portanto, o PS revê-se nesta saudação e, naturalmente, vai votar a favor.

Deputado Rui Pedro Garcia do Grupo Municipal da CDU

Dirigiu-se ao Deputado António Costa para lhe dizer uma coisa simples. Que o facto de as moções da CDU terem conteúdos que o PS gosta, ou não gosta, não é culpa da CDU.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Coordenadora da Comissão Permanente de Cultura, Educação, Desporto, Juventude, Cidadania e Igualdade, Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

Pedi a palavra para fazer aqui o ponto de situação da Comissão de Educação. Juventude, etc., que é uma comissão permanente desta Assembleia Municipal e que tem trabalhado, e dizer que a segunda fase da Assembleia Municipal Jovem do Município da Moita aconteceu no passado dia 31 de março. à tarde. Estiveram presentes delegações de jovens do terceiro ciclo de todos os agrupamentos do concelho, que visitaram as instalações municipais no edifício sede do concelho. Posteriormente, trocaram entre si as propostas que trabalharam nas suas escolas, para depois debaterem em Assembleia, e foi eleita a Mesa da Assembleia Municipal Jovem.

A terceira e última fase, está marcada para se realizar no próximo dia 27 de maio, à tarde, para a qual estão, desde já, todos convidados, ainda que, naturalmente, depois receberão um convite oficial.

Deputado Municipal João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Pedi a palavra para apresentar uma declaração política.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Após análise do Regimento, informou que o parecer da Mesa é que este pedido da CDU neste período devia ter sido anunciado no início, para que o tempo neste Período de Antes da Ordem do Dia já contemplasse essa declaração política.

No entanto, a Mesa decidiu dar 3 minutos para essa apresentação, solicitando que, no futuro, isso seja levado em consideração. E também, no futuro, terão que clarificar esta dúvida.

Declaração Política da CDU proferida pelo Deputado Municipal João Figueiredo

«A CDU pretende fazer uma declaração política, uma vez que o Vaticano se prepara para escolher o novo Papa, e querem lembrar o papel do Papa Francisco, que não se limitou a estar ao lado dos mais pobres, foi ele próprio um crítico deste sistema económico que gera grande injustiças sociais, e o termo que usou foi mesmo “uma economia que mata”. Foi extremamente crítico do papel do poder que as multinacionais têm à escala global, do poder que têm para decidir sobre a vida da população, sobre o poder que têm para provocar as migrações, como transformaram o Mediterrâneo “num autêntico cemitério”, e esta foi uma expressão que ele usou.

Queremos também reforçar a defesa que o Papa fez pela Paz, até ao último suspiro, até mesmo à última mensagem que teve, foi um crítico do que ele chamou também a “loucura armamentista”, cujos recursos poderiam ser utilizados para combater a pobreza em todo o mundo e, por essa via, até evitar as necessidades de migrações constantes entre continentes, e mitigar o sofrimento de quem arrisca a sua própria vida para garantir melhores condições de vida, para si e para os seus.

Creemos que somos felizes por termos sido contemporâneos com o Papa e com estas preocupações e com esta ação.»

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
Por não ter mais pedidos de intervenção, deu por concluído o Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao Exercício de 2024

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, quatro votos contra da CDU, uma abstenção do vereador Independente, e o voto de qualidade do Presidente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 14/04/2025:

“Considerando que:

- A.** De acordo com o disposto no artigo 27.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais e no artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, a segunda sessão ordinária do órgão deliberativo do município, a realizar-se durante o mês de abril, destina-se à apreciação dos documentos de prestação de contas individuais.
- B.** Compete à assembleia municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- C.** Ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal elaborar e aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal.
- D.** Atendendo ao disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao presidente da câmara submeter os documentos referidos nas alíneas precedentes à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal.
- E.** Face ao estipulado no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual, fazem parte dos documentos de prestação de contas: o relatório de gestão, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental da receita e da despesa, a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e respetivos anexos às demonstrações financeiras e orçamentais.
- F.** Os documentos de prestação de contas das entidades que sejam obrigadas à adoção da contabilidade patrimonial devem ser remetidos, ao órgão para apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas emitidos pelo auditor externo, conforme estipulado no n.º 3 do artigo 76.º e na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
- G.** As regras da prestação de contas relativas ao ano de 2024 encontram-se plasmadas na Resolução do Tribunal de Contas n.º 3/2023, publicada na 2.ª série do Diário da República de 12 de janeiro de 2024, e na Instrução daquele mesmo Tribunal n.º 1/2019, de 6 de março, que define, entre outros, a organização e a documentação a que as contas individuais devem obedecer.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal da Moita delibere, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e votação, sobre os documentos de Prestação de Contas referentes ano económico de 2024 onde se inclui o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais.”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Acredita que todos tenham tido a oportunidade de ler, não diz as 1000 páginas deste extenso documento, mas este documento retrata bem o trabalho desenvolvido pela autarquia nas mais diversas vertentes que vão, nomeadamente, desde a requalificação do espaço público, nas suas mais diversas ordens. Concluíram, no exercício passado, o centro de saúde da Baixa da Banheira, algo que há muito tempo era desejado por todos, ainda assim concluíram também o centro de recolha de animais errantes, conseguiram e concluíram com sucesso a instalação do quiosque do parque municipal da Moita, que também há muito tempo era desejado por todos, com pessoas e trabalhadores da Câmara Municipal da Moita, aos quais, desde já, agradece, não só por esta obra em particular, mas pelo enorme, e permitam-lhe dizê-lo aqui neste momento, trabalho que fizeram ontem ao longo do corte de energia, que tudo fizeram, nomeadamente, com a Proteção Civil e demais forças de segurança para repor a normalidade. Todos os dias, os trabalhadores do município são inexcedíveis e, dessa forma, também fizeram esta intervenção no Moinho, neste caso, do espaço do mercado de levante na Moita, requalificando-o e permitindo entregá-lo a uma associação.

A rua 5 de Outubro está cada vez mais bonita, mas não é só a rua 5 de Outubro, também outras ruas no concelho vão recebendo intervenções, como a requalificação do largo do Varino, e tantas obras que vão sendo, e estão a ser, feitas e a ser desenvolvidas.

Lembrar que a Câmara Municipal tem vindo a apoiar e a desenvolver diversas obras, que passam primeiro, neste caso, pela resolução das situações que ocorriam na rede de esgotos, ou seja, águas sujas, também na rede de abastecimento de águas, como foi o caso da Fonte da Prata, mas também não ficaram alheios à melhoria da rede rodoviária, tendo concluído algumas obras de grande importância para a população aqui no concelho. Aparece aqui uma imagem da expansão da via do Matão que ainda não está concluída, ou seja, na altura em que foi tirada esta fotografia ainda não estava concluída, mas, aos dias de hoje, está muito próxima de estar executada.

Lembrar também que, além destas obras, também têm vindo a apostar cada vez mais nas ilhas ecológicas. Já colocaram aqui uma na Moita, mas também na Baixa da Banheira. Estes investimentos destas ilhas ecológicas estão sempre acima dos 70000 euros, por isso, foram colocadas duas, num valor de investimento de cerca de 140000 euros. As pessoas, depois de aquilo estar executado, às vezes, a não lhe dão o devido valor, mas é que para que percebam os valores que estão aqui envolvidos. Se se tiverem que se fazer o desvio das redes de abastecimento ainda têm ainda fica muito mais oneroso.

Mas também tiveram outro tipo de práticas, a oferta das fichas de exercícios às crianças do primeiro ciclo, de forma complementar àquilo que o Governo já faz com a entrega dos manuais gratuitos, e de sinalizar também a entrega da fruta escolar. É o trabalho que estão a fazer no âmbito da educação.

Estão e continuam a requalificar os parques, os pavimentos dos parques, bem como criar parques infantis novos. Aqui, na fotografia, aparece a requalificação da vedação do parque infantil no Rosário, mas dar nota que, atualmente, além da vedação, este ano também já estão a tratar de requalificar o pavimento. Só está a elencar porque é, certamente, do interesse de todos perceberem o caminho e para onde está a seguir.

A requalificação do Sítio das Marinhas, onde estavam contentores velhos, marítimos, e devolveram o brilho ao Sítio das Marinhas, um espaço muito mais agradável, vedado, e vedado para que possam certificar o sal. Esse é um trabalho, é um caminho, é um trajeto que estão a querer seguir, e para isso teriam que garantir as condições de segurança da matéria-prima, daí terem feito essa essa vedação.

Têm construído novos equipamentos, foi concluída e aberta a piscina municipal da Moita, com algumas alterações e alguns melhoramentos introduzidos por este executivo, e já está em funcionamento, disponível para todos os utentes, um desejo de há muitos anos, de muitos municípios, e conseguiram fazer.

Mas também, para além disso, continuam a apostar em atrair mais investimento, e a apoiar os comerciantes, os pequenos comerciantes, e é por isso que fizeram as intervenções, neste caso, no mercado da Moita, mas depois, logo em seguida, também já fizeram uma intervenção similar, com a pintura das paredes interiores, colocação de portas automáticas para melhor climatização, melhor conforto das pessoas que vão ao mercado, e colocação de algumas televisões de grande formato, a valorizar o trabalho dos comerciantes, ou seja, a promover as tradições, mas também o comércio local. Lembrar também a abertura do Gabinete de Apoio ao Empresário e ao Empreendedor que, ao longo dos anos, vinha sempre a ser inscrito com uma rubrica de 500 euros, nunca era colocada em prática, e também já está aqui colocado em prática.

Muitas são as obras que têm feito, os projetos que têm vindo a desenvolver, e que continuam aqui a fazer. Poderiam levar aqui horas a dar nota de todo o trabalho que tem sido feito, mas, efetivamente, são muitas coisas. Para além da intervenção no largo do Varino, que já está concluído, agora já estão em fase de conclusão do largo do Palheiro. E como esses largos, também estão a fazer outros largos, nomeadamente, no Vale da Amoreira, e outras obras a arrancar como aquelas que estão a ver agora na Baixa da Banheira. Todos diziam que não iriam fazer aquela obra, já está a arrancar, por isso são muitas áreas, em muitas localidades, em muitas freguesias do concelho.

Quando decidem fazer um alcatroamento nas ruas, não é por morar lá um conhecido, ou seja quem for, ou por lá morar uma pessoa ou dez, é porque acham que é importante e faz sentido, ou porque, em campanha, prometeram àquelas pessoas que iriam fazer aquele trabalho. E, se prometeram em campanha que iriam fazer aquele trabalho, tudo farão para o cumprir. Bem sabe que o caderno de encargos é grande e extenso, já fizeram mais do que aquilo que, em muitos casos, haviam sinalizado e prometido em altura de campanha, mas também muito mais coisas encontraram que careciam de ser executadas, e que eram prioritárias.

E foi a isso que se socorreram, foi por isso que fizeram aquela intervenção na rua São Sebastião tão prioritária, e depois de verificarem que, após a conclusão da rua de São Sebastião, nunca mais houve, agora quando chove, o levantamento das tampas junto à escola primária, como antigamente acontecia. Isso acontecia porque havia ali um constrangimento na rede de drenagem das redes pluviais, e isso é importante que se saiba e é importante que se diga. O mesmo também aconteceu quando fizeram uma intervenção similar numa rua perpendicular à estrada nacional da Baixa da Banheira, que vem no sentido da rua 1º de Maio, mais conhecida como rua 13, nunca mais se levantaram as tampas e as caixas na rua 13, porque a água passou a drenar.

Este é um trabalho exaustivo, é um trabalho demorado, que exige do executivo atenção e projeto, por isso o conjunto de ruas que irão lançar no futuro também elas exigem que se faça projetos, não só repavimentar, mas fazer projetos de infraestruturas, e essas mesmas ruas já tiveram oportunidade de serem nomeadas na última reunião de Câmara.

Estão a falar aqui do trabalho que foi efetuado, e quer deixar aqui uma palavra em especial para as autarquias, com as quais trabalham diariamente. Lembrar-lhes que, neste mandato, a transferência de verbas para as autarquias cresceu entre 30 a 40%, isto porque acredita na sua capacidade de execução de obra, daí transferirem mais verba para as freguesias, e isso tem-se demonstrado algo muito positivo, porque estão a corresponder positivamente ao desafio, criando mais parques, mais zonas de lazer, reabilitando algumas áreas, porque agora têm músculo financeiro para dar essa resposta e tornarem-se então uma peça fundamental nesta engrenagem que visa dar apoio à população.

Dizer que, neste relatório e contas, podem ver que têm vindo a apostar, neste caso, também na capacitação da Proteção Civil e, como se viu, tem vindo a dar frutos, mas também, juntamente com as juntas de freguesia, têm vindo a criar parques caninos, entre outros. E, só quer dar aqui uma nota, porque podem ver na página número 387, a máquina para tirar cepos também foi comprada por este executivo, ou seja, com dinheiro da Câmara, com dinheiro de todos os municípios, que retira os cepos sem destruir a calçada, porque têm vindo a comprar máquinas e equipamentos, e continuam a comprar máquinas e equipamentos, que têm como objetivo dotar os serviços da capacidade operacional para desempenhar as suas funções, diminuindo o esforço que é exigido aos trabalhadores, que têm uma média de idade de 55 anos. Por isso, um trabalho mais bem executado, com menos esforço dos trabalhadores, com melhor acabamento, e depois estraga-se menos, por assim dizer, quando se está a tirar aquelas árvores que já estão mortas, que caíram, que já foram abatidas, para depois, mais rapidamente, poder fazer a reposição da nova.

Podem ver que estão a uniformizar os bancos que estão a colocar no espaço público, todo ele similar, todo ele igual, e o objetivo de estarem a colocar é porque depois também ficará muito mais fácil para todos fazer a sua manutenção. Se o mobiliário urbano for todo similar, todo igual, é mais fácil para os serviços estarem a fazer a manutenção, porque não têm que se lembrar naquele local qual é que é o tipo de banco que estão a pôr. Não, sabem que é o mesmo banco, praticamente, em todo o concelho, e é mais fácil fazerem a sua manutenção e terem as peças necessárias, e até o conhecimento para fazer essas intervenções.

Neste momento que também aqui trazem, fizeram e dão nota do trabalho que foi feito pelo departamento de urbanismo, que conseguiu fazer três revisões do PDM, por assim dizer, que foi a desafetação daquela área por um erro material da REN, foi a adequação ao RGIT e foi o Plano para as Alterações Climáticas. Todas essas alterações foram feitas pela equipa do município. Deixem-no dizer que, alguns trabalhadores, por curiosidade, foram ver quanto é que custava só fazer o RGIT por uma consultora externa, e custava bem mais de 120000 euros.

Teve que os lembrar que, certamente, não seria tudo lucro, que seria a dividir por uma equipa e ainda teriam de pagar impostos, isto não para desvalorizar o trabalho deles, mas foi uma forma de lhes dizer

que eles são um bocado muito importante e que não querem que eles fujam para o privado, sabendo-se que, muitas das vezes, estas pessoas que trabalham e trabalham muito bem, nem sempre por ser setor público lhes paga aquilo que mereceriam para a dimensão do trabalho que lhes é exigido e, muitas das vezes, torna-se difícil competir com o privado. Mas queria aqui valorizar, mais uma vez, o trabalho desse departamento, valorizar o da DGVT, do DAG, do Departamento de Educação e Ação Social, e outros, porque todos os dias fazem o impossível, trabalham para dar o seu melhor e proporcionar o melhor serviço à população.

Continuam também a registar o património edificado, podem ver isso nestes documentos, para que depois não tenham problemas em fazer obras em edifícios que são seus, mas não estão registados como sendo seus, porque depois é uma situação chata, como foi o caso do edifício da PSP, que não estava não estava registado em nome da Câmara Municipal da Moita. A Câmara Municipal da Moita tem muitos terrenos, não precisa propriamente do terreno A, B ou C para dar a esta ou aquela entidade. Há muitos sítios, terrenos na Baixa da banheira ou no Vale da Amoreira para ceder às forças de segurança. Não tem que ser o terreno A, B ou C, até porque se viu, no passado, que o terreno que estava destinado para o centro de saúde era um, veio-se a executar noutra, e o que era para ser para a ERPI era um e acabou-se a dar à IPSS o equipamento que estava destinado ao centro de saúde.

Por isso, a Câmara Municipal tem muitos terrenos, ou seja, atualmente, ainda estão aproximadamente 200 terrenos e equipamentos, entre outros, prédios, digam assim, por registar, e um prédio pode ser um terreno, um prédio pode ser uma habitação, e estão 200 por registar. Há muita coisa por registar da Câmara Municipal, o que depois irá fazer, certamente, no futuro, subir o seu património, fazer subir os seus ativos e o seu património, que são esses 200 prédios que estão por registar.

Também aqui é mostrado o esforço e o pagamento que estão a fazer, cada vez mais, à Amarsul, à Simarsul e também à TML. Pode dizer que, em 2 anos, as taxas que pagam à Amarsul duplicaram de preço, passou de 33,60 cêntimos para 77,04 cêntimos, aproximadamente. Isto para dizer o que aumentou abruptamente de preço, mas ontem, e já agora dá essa informação, houve um apagão a nível nacional, foi restabelecida a luz, trabalharam para poderem ter a água a trabalhar, tudo a trabalhar, para terem o serviço de recolha e limpeza das ruas, neste caso, também a recolha de lixo, para estar tudo a trabalhar com a máxima normalidade, e depararam-se, quando chegaram à Amarsul para descarregar os camiões do lixo, que a Amarsul estava fechada. A Amarsul estava fechada, e pode ser que alguém consiga aqui responder porque é que a Amarsul estava fechada, o próprio não consegue responder, e ainda ninguém lhe conseguiu responder o porquê da Amarsul estar fechada. A Câmara Municipal esteve sempre a trabalhar, aquilo que também deveria ser um serviço essencial, quando os camiões foram lá fazer o despejo dos resíduos, estava fechado.

Era isso que queria dizer, porque não pagam assim tão pouco para a Amarsul, Simarsul, e suas congéneres, o preço tem vindo cada vez mais a aumentar. E quer dizer isto claramente, e olhando cada um olhos nos olhos, que a estratégia do município tem sido não passar os custos destas operações para as pessoas. Também baixaram o IMI quando lhes foi proposto, e queriam que tirassem o IMI familiar, que duplicou o valor, e não tiraram o IMI familiar, mantiveram o IMI familiar, mas não estão, atualmente, a repassar os enormes custos da Amarsul, Simarsul, os custos energéticos, entre outros que têm vindo, e que todos sentem.

Todos foram aumentados, e ainda bem, são a favor do aumento dos trabalhadores e ainda bem que assim o foram, mas tudo tem vindo a aumentar, e a Câmara não aumentou nada para a população, e isso também é uma forma de estar e uma missão social que assumiram, e que estão a assumir, que é de amortecer o impacto da saída da crise do Covid, e destas incertezas que estão no horizonte, dando oportunidade às pessoas para terem mais dinheiro disponível nas suas carteiras. E por isso, não vos pareça estranho, que a água da Moita seja, ainda mais com o executivo PS, a mais barata a nível nacional, algo que, certamente, terá causado, acredita, muito desconforto nas entidades reguladoras, mas aqui assumiram, é o seu papel social que estão a ter neste momento.

É isto que quer dizer relativamente a isto, as contas foram aprovadas pelo ROC, agora deixa à consideração da Assembleia quaisquer questões relativas a este documento.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Em primeiro lugar, queria registar o apreço da CDU pelo trabalho técnico na elaboração deste documento, nomeadamente, pelos trabalhadores do município envolvidos. Por outro lado, referir que, por muito que o senhor Presidente se desdobre em propaganda como aquela que acabaram de assistir, a verdade é que a população da Moita sente que está cada vez pior, porque cada vez há mais buracos na estrada por tapar, há mais lixo na rua, há mais ervas por cortar, e não sabe em que mundo é que o senhor Presidente vive, ou em que concelho o senhor Presidente vive, mas o sentido da população não é esse. E por muito que se desdobre neste tipo de exercícios, os factos dizem-lhes, exatamente, o contrário no sentido de que a população diz, exatamente, o contrário. Falou aqui no buraco que demorou 3 anos a resolver, depois já tinha feito uma obra que afinal estava mal feita e depois teve que fazer a seguir, mas pronto, é a propaganda que é feita.

Mas, preocupante, e, de facto, o senhor Presidente falou aqui de algumas questões, e estão também a falar de um relatório de atividade, mas que também é um relatório de contas, nalguns aspetos que não são, exatamente, como o senhor Presidente acabou de descrever. A sua bondade relativamente aos impostos está plasmada no documento com o aumento da receita de impostos, portanto, poupa assim tanto de impostos e arrecadou mais dinheiro de impostos, e que, de facto, está no documento. Por outro lado, assistem este ano, mais uma vez, a um exercício ainda pior que no ano passado, nomeadamente, relativamente aos indicadores apresentados. Tem aqui um gráfico, não sabe se se consegue perceber lá em casa, que é o gráfico do resultado líquido do exercício, e se o ano passado tinham um valor que andava nos 7500000 euros negativos, o resultado líquido do exercício, este ano, aumentou e passou para cima dos 9300000 euros.

Por outro lado, também a dívida, e aqui tem em conta a dívida total que está aqui apresentada no relatório, que é de 11600000 euros, ao qual devem somar também o valor dos empréstimos já contratualizados e que não estão refletidos no valor da dívida, no valor de 3630000 euros, a dívida é de 15767000 euros. O valor da dívida a fornecedores, e aqui quando se fala, exatamente, em promover a economia local, as pequenas empresas locais, este valor mais que duplicou, ou seja, o valor das dívidas a fornecedores, neste momento, são 4300000 euros, o ano passado era 2600000, este mês são 4326192,00 euros. As imparidades, ou seja, receita não cobrada, e que já foi referido aqui no orçamento anterior “à e tal, as imparidades, limpar os quatro milhões”, isso em 2001, salvo erro, mas a verdade é que as imparidades têm vindo a crescer. Neste momento têm de imparidades mais de 1088000 euros, é o que têm imparidades, além daquilo que já estava.

Portanto, este cenário financeiro, acompanhado de todos os indicadores que são apresentados no documento que baixaram o seu desempenho, de facto, é-lhes preocupante. É preocupante pela tendência de falta de sustentabilidade financeira, de falta de visão, porque isto não é refletido, exatamente, num investimento, ou seja, a boa gestão da Câmara, a boa gestão da autarquia não está a ser exercida. E com isto, a prazo, estão a hipotecar o futuro porque podem aumentar o endividamento com obras que tenham a ver, exatamente, com a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida do concelho, mas não é isso que sentem. Sentem que há um despesismo exacerbado, e com a tensão, este ano, os sinais de despesismo são ainda muito maiores, e todos percebem porquê, em eleições há que apresentar muitas festas, até de gosto duvidoso. Mas, de facto, o dispositivo está a aumentar e isto compromete, e a prazo pode até comprometer os compromissos da Câmara com o pagamento de salários aos seus trabalhadores.

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

Não são muitas as vezes que têm oportunidade de estar aqui a conversar, são poucas, e, como tal, há que aproveitar as poucas oportunidades, são as que têm, são aquelas que estão previstas, são aquelas estão dentro da lei, mas não podia deixar de dizer que, quem circula pelo concelho, apercebe-se com facilidade que em pouco tempo foi feito muito.

Vai destacar aqui uma obra, por uma questão de sensibilidade. Existe um partido que defende os animais, mas enfim há pessoas que não têm partido e defendem mais os animais do que pessoas que militam nesse partido, ou qualquer outro partido político. Relembro que a Fátima Dâmaso, aqui presente na bancada do PS, foi expulsa de um partido político por denunciar, aqui há uns anos, que havia maus tratos a equídeos aqui no concelho da Moita. Teve que ir responder a Lisboa, o próprio também foi porque confirmou em Assembleia Municipal aquilo que, a agora sua colega de bancada, Fátima Dâmaso, tinha dito naquela noite.

Também não se esquece daquilo que viram nas redes sociais na manhã desse dia, a lembrar aquilo que a PIDE fazia, que “os bufos da Pide” faziam, que era ir ao faro das pessoas, é este o termo. Foi isso que aconteceu com alguns elementos presentes nessa Assembleia Municipal, que não perderam a oportunidade para, no dia seguinte, ou nessa noite ainda, tentar que a sua colega Fátima Dâmaso fosse

linchada, por quem maltratava os animais. Isto, é mais uma razão para dar os parabéns ao executivo, que teve a coragem de criar condições para os animais, porque os animais também são deste planeta.

E foi este executivo que acabou com aquilo que não tem adjetivo, a forma como os animais, até aqui, até essa altura, tinham sido tratados. Portanto, esta foi apenas mais uma das muitas obras levadas a cabo. Com endividamento? Não é a primeira vez que a Câmara recorre à banca, ou o que quer que seja. Tiveram aqui endividamento a 20 anos noutros tempos, e parece que ninguém teve medo disso, não é? Hoje, alguns estão com medo, “vejam bem que a Câmara até pode não pagar salários, até pode correr o risco de não pagar salários”. Houve alguém que disse, em tempos, “deixem-nos trabalhar”, não sabe quem foi, mas ouviu esta frase não sabe de quem, portanto, deixem o executivo trabalhar ok?

E parabéns a este executivo, parabéns e é para continuar, o rumo é o mesmo, continuar para fazer mais e melhor, porque é isso que as pessoas sentem na rua. O concelho não está pior, está melhor. O concelho está melhor, e para aqueles como o próprio, que são amantes do desporto, que foram habituados a ver aqui um atletismo de rua, a correr em cima das pessoas, para que as pessoas pudessem ver, finalmente, também num futuro próximo, os adeptos da modalidade de atletismo vão poder apreciar as suas diversas disciplinas, porque só assim essa modalidade é maravilhosa.

O atletismo é uma modalidade rica em função das múltiplas disciplinas que tem, e vão também ter oportunidade de poder apreciar essas diversas disciplinas do atletismo, e não apenas as pessoas a correrem na rua, e, por vezes, feitas às cegas, como era dantes, em que se fechava o trânsito. Era de qualquer maneira, de uma irresponsabilidade que não tem adjetivo. Fechava-se o trânsito para que as provas passassem em frente aos cafés e às esplanadas. Não. Vão, graças a este executivo, poder apreciar e ver o atletismo na sua plenitude, das suas diversas disciplinas, só assim é uma modalidade maravilhosa. Parabéns também por isso.

Deputado Fernando Gaio do Grupo Municipal da CDU

Olhando para estes números, porque é isso que estão aqui a tratar, verifica que o resultado é um resultado negativo em 2023, em 2024, na ordem de quase 16000000 euros. Está a dizer isto, porque caminhando por aqui, e já ouviu, muitas vezes, pessoas que investem aqui, investem ali, e depois, como amanhã estão aqui uns, noutra vez estão outros, e depois os outros é que pagam. É que olha para estes números, 16000000 de prejuízo em 2 anos? Onde é vão? Compra-se uma máquina de tirar cecos, mas quantas horas é que trabalha essa máquina? Se fosse para o concelho da Moita, do Barreiro, se essa máquina fosse aproveitada tudo bem, mas se está a investir numa máquina, digam-lhe quantas horas é que trabalha essa máquina por dia. Está ali encostada? Quanto é que custou?

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

É só para ressaltar aqui um ponto, porque folga em, finalmente, constatar que neste relatório já constam os valores apurados em contraordenações rodoviárias, e a ressaltar ainda que os 70% a auferir por esta Câmara Municipal nestas infrações, poderiam ser 100%, caso tal fiscalização fosse efetuada pelos serviços municipais, segundo o Decreto-Lei 107/2018, de 29/11, mais concretamente no número 1 do artigo 6.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Pediu ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Dizer que regista com estranheza ver aqui, pela primeira vez, neste caso, a CDU, a tratar a Câmara Municipal como se de uma empresa se tratasse, como se o objetivo fosse o lucro. Ter um superavit, ter lucro. Aquilo que estão a fazer é investir nas pessoas. Se, atualmente, têm estes resultados é porque estão a fazer obras, seja na Câmara, seja aqui neste espaço onde estão, que foi requalificado já neste mandato, a onde foi preciso arranjar um ar-condicionado, entre outras coisas. Como no Fórum José Manuel Figueiredo, com as cadeiras, a projeção, entre outras, ou nas piscinas de Alhos Vedros, o elevador, mais de 30000 euros, mais o sistema de alarmística e rede de incêndios, na casa dos cento e tal mil euros. Como agora vão fazer 300000 euros de investimento no Desportivo de Portugal, como já mandaram comprar os elevadores novos para a passagem inferior da rua 1º de Maio, na Baixa da B.

Se agora estão a fazer estes investimentos, a gastar este dinheiro, é porque os senhores, durante muitos anos, não fizeram estas obras prioritárias para a população, e deviam-no ter feito. Fala aqui numa máquina destruidora de cecos, mas vão falar de outras máquinas. Vão falar da plataforma elevatória, que só o aluguer de um ano dava para pagar uma plataforma elevatória, então compraram a plataforma elevatória. Boa gestão. Como o cilindro compactador, antigamente, quando havia buracos

nas estradas, porque parece que só agora é que há buracos nas estradas, e lembra-se de ver uma deputada da CDU, ex-presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, dizer aqui numa reunião da Assembleia Municipal que a culpa dos buracos era de quem tirava a fotografia aos buracos, e depois os ampliava, e punha muitos e muitos e muitos para que parecessem muitos. Isto não foi há muito tempo, foi no tempo da CDU.

O que quer dizer é o seguinte, é que não há mais buracos, só que ainda não conseguiu tapar todos os buracos que a CDU lhes deixou. Essa é que é a realidade. E lembrar outra coisa, que o que a CDU fazia, e fez em muitos lados, simplesmente, foi pôr alcatrão por cima de uma camada pavimentosa por si só já degradada, sem fazer a devida fresagem e saneamento da camada de base, ou seja, os problemas da via passaram para a camada de desgaste, e uma camada de desgaste que poderia durar 20 anos, rapidamente, ao fim de 5, 10 anos estava deteriorada. Isso é que devia preocupar a todos. Isso é que é um atentado à boa gestão pública. Isso é que é importante perceber. No relatório, por exemplo, relativamente aos 3000000 euros que pediram de empréstimo, e que vem lá descrita a avenida 1º de Maio, entre a Baixa da Banheira e o Vale da Amoreira, e aquilo já tem cinco remendos, e já vai em cinco remendos porque se limitaram a pôr alcatrão por cima daquilo que já existia, quando a rede, as infraestruturas enterradas já eram velhas.

Quando fizeram esta intervenção no Rosário, trocaram a rede de abastecimento de água de fibrocimento, claro que ficava mais barato meter só alcatrão por cima para tapar os olhos. Mas não, quiseram fazer as coisas bem feitas e substituíram a rede de abastecimento. Fazem aqui, fazem noutro lado, e é por isso que este investimento na população, que vem com anos de atraso, tem estes custos. E depois, veem os senhores dizer, fazem-no lembrar aquele discurso do Salazar, “tínhamos dinheiro, estava no banco, mas éramos ricos”. Os senhores nem eram ricos nem resolviam os problemas das pessoas. O município quer-se desenvolvido e, graças ao investimento que a Câmara Municipal tem feito.

Neste momento, pediu que todos usassem o silêncio, porque também respeitou todos nas suas intervenções, independentemente de gostar ou não das intervenções. Respeitou todos, acha que é merecedor do mesmo respeito, e que é algo que se aprende ao longo do percurso de vida, que é respeitar o próximo.

Queria aqui dizer que têm feito esse investimento para as pessoas, sempre priorizando a população em geral.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Era só para por um ponto de ordem à Mesa, e o senhor Presidente em exercício vai desculpá-lo, com todo o respeito que tem pelo Órgão, e pela sua pessoa em particular, mas há bocado acabaram por assistir à repreensão de um munícipe, e não vai discutir se bem ou mal, por comparar com fascistas uma determinada situação. Acabaram, exatamente, de ouvir o senhor Presidente fazer o mesmo exercício relativamente à bancada da CDU, e aquilo que esperava da Mesa era um tratamento igualitário, exatamente, o mesmo tratamento. Não são o Salazar, e o senhor Presidente não lhe venha dar lições de democracia, porque aquilo que tem feito e como tem tratado o povo desta terra e alguns munícipes aqui presentes, isso é que deixa muito a desejar.

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

Queria só deixar aqui umas notas sobre este relatório de atividade e contas. Para já, não alinha, claramente, com a posição da CDU, mas isso não era novidade nenhuma, e queria só deixar aqui também uma nota ao senhor Deputado João Faim porque, por enquanto, ainda não é só ele que apura o sentido da população. Há população que estará de acordo e há população que não estará de acordo, por isso, o sentido da população será aquele que será medido nas eleições no final deste ano. Se estiverem cá todos, logo verão qual é o sentido da população no que respeita ao trabalho que a Câmara Municipal tem feito durante este mandato, porque se perguntar a quatro pessoas diferentes, se calhar, cada uma delas terá a sua opinião.

O que é certo é que este relatório de contas não é apenas um conjunto de números que chegam aqui e começam a escrutinar se o resultado é positivo ou é negativo, é na realidade um reflexo de uma política de proximidade, de compromisso. que o Partido Socialista levou a eleições em 2021 e que ganhou, e está a colocar esse plano em prática, tendo em conta aquilo que a população assim decidiu. Tem uma visão de estratégia para o futuro, algo que, no passado, nunca se conseguiram identificar em muitas daquelas que foram as decisões da CDU, e por isso é que defendem propostas políticas para o concelho de maneira diferente.

Depois, no que respeita à parte dos números, é óbvio que um exercício negativo tem consequências, e as consequências, muitas das vezes, é claramente a aposta e o investimento que tem que ser feito no

concelho, e também o desfasamento daquilo que são as receitas e aquilo que é as despesas que o próprio município tem quando lança as obras. Aquilo que é importante salientar neste relatório, que justifica claramente este desvio, é aquilo que foi as obras que apresentaram durante este último ano de 2024, que tem a ver com as obras de infraestruturas que foram feitas, a aposta na educação e na juventude que foi feita, nomeadamente, pelo alargamento da escola a tempo inteiro, a oferta de cadernos de atividades, aquilo que foi feito no que respeita à habitação e à ação social.

Uma das coisas importantíssimas que foi feita em 2024, que foi o alargamento da recolha de biorresíduos, e é um alto defensor daquilo que é a reciclagem, por isso acredita que esta aposta tem que continuar por parte do município. A reabilitação de parques infantis e espaços verdes, as instalações de ilhas ecológicas na Baixa da Banheira, que é um projeto que tem que ter continuidade, apesar daquilo que é o investimento que tem que ser feito no próprio concelho.

Depois, a preocupação sobre a questão das contas, poderia agora aqui esmiuçar tudo aquilo que são os rácios e aquilo que é aceitável para as contas do município. Não há nenhum rácio que esteja em incumprimento, seja de financiamento, seja de dívida, seja o que for. Por isso, não vê também o porquê desta preocupação.

Depois, uma das últimas coisas que queria deixar aqui claro neste relatório, e que é importante que as pessoas que estão lá em casa e aquelas que assistem aqui percebam, tem a ver, claramente, com os custos dos fornecimentos e serviços externos que esta Câmara está a suportar, nomeadamente, da Amarsul, da Simarsul e da TML, e esses custos que não estão a ser repassados para a população têm um custo significativo nas despesas do município, e é preciso que as pessoas percebam isto. Porque é muito fácil dizerem que a Câmara teve um exercício negativo, é muito fácil desvalorizar aquilo que foi o trabalho que foi feito em 2024 pelo município, mas também não é fácil ouvir dizer isso quando, no município da Moita, estão a suportar todos estes crescimentos e estes aumentos destas entidades, e que a Câmara Municipal tem que fazer face a elas, como é óbvio, porque tem essa necessidade. Os resíduos urbanos necessitam de ser recolhidos, as águas continuam a ter necessidade de ser tratadas, e as pessoas têm que continuar a utilizar os transportes públicos, de acordo com aquilo que é as necessidades da própria população, e vir aqui para esta Assembleia dizer que isso não tem impacto nas contas do município é só, basicamente, desvalorizar tudo aquilo que é o trabalho que o município fez em 2024, no que respeita a este tema.

Depois, existem outras despesas, nomeadamente, as despesas no que respeita às transferências para as freguesias, que teve aqui um crescimento também derivado daquilo que é a transferência das competências, nomeadamente, as competências da educação. Porque, este município, apesar de muitos daqueles que aqui estão nesta Assembleia, e já o manifestaram, serem contra a transferência de competências para o município, a realidade é que esta transferência de competências faz sentido, independentemente disto poder ter um impacto negativo nas contas do município, ou não, porque se esta transferência de competências não tivesse sido feita, hoje estavam aqui todos a discutir porque é que o governo não fez obras na escola A ou não fez obras na escola B, obras essas que foram asseguradas, muitas delas, pelas juntas de freguesia deste município.

E isso tem custos, tem custos para as juntas de freguesia, tem custos para a Câmara Municipal, e muitos deles, infelizmente, não estão ajustados àquilo que são as receitas que deveriam ter vindo na delegação de competências, mas isso não implica que o município não as tivesse que aceitar e fazer um trabalho de proximidade junto dos seus jovens e da restante população que está nas escolas. Por isso, é importante salientar este trabalho que foi feito durante 2024, e que justifica este desvio, este saldo negativo no exercício.

Deputado Pedro Mateus do Grupo Municipal do PS

Só queria acrescentar que estes 9000000 euros, este resultado, tem também a ver com a muita obra que foi feita o ano passado, e como foi dito pelo seu camarada, também pelos fornecedores externos que aumentaram muito a conta, mas queria também lembrar aqui que este executivo nunca foi alvo de um plano sustentável financeiro. Há 20 anos atrás, em 2005, esta Câmara tinha um orçamento de 30000000 euros, e tinha uma dívida de 23000000 euros. Até pode dizer a realidade, que é 23226547,56 euros. Tinham uma dívida de 23000000 euros com 30000000 euros de orçamento. Mas, o engraçado disto é que a dívida a curto prazo, a 01/01/2005 era de 5000000 euros, a 01/01/2006 era de 9000000 euros, a 31/12/2007 era de 5200000 euros. Isto era o vosso rigor, a vossa transparência, a vossa competência, a honestidade como vocês dizem.

Esta autarquia foi vítima de um plano de saneamento financeiro, porque foi chumbado pelo Tribunal de Contas as contas do exercício de 2007. Não é grave? Então é grave agora, mas já não era grave em 2005? Estiveram aqui, a partir de 2008, 12 anos a pagar um empréstimo de 5,2 milhões de euros, com juros, onde esta autarquia esteve limitada em certas matérias. Os juros tiveram que ser pagos, e agora é grave 9000000 euros quando vêm obras na rua, quando vêm tudo, e num orçamento de

30000000 euros ter uma dívida de 23000000 euros já não é grave? Nunca foi grave para vocês? Foi só para isto, para complementar esta situação.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Era para lembrar que a dívida dos 22000000 euros serviu para pagar coisas como o Centro de Experimentação Artística, o Fórum Cultural, bibliotecas, saneamento, escolas, e os senhores passaram, em 3 anos, de pouco menos de 3000000 euros de dívida para quase 16000000 euros. Em 3 anos. Fizeram alguma coisa? Não fizeram nada. Não construíram nada. É tão simples como isso. Preocupante, preocupante mesmo, é aumentarem a dívida em mais de 10000000 de euros apenas com gestão corrente, porque o que têm estado a fazer é a gestão corrente daquilo que a CDU lhes deixou. Não foi outra coisa. Vocês até agora não fizeram nada. Só fizeram gestão corrente.

O exemplo do CROAE é simples, é muito simples. O que os senhores fizeram foi tornar o CROAE mais barato alterando a localização e a qualidade dos materiais. Não foi outra coisa que fizeram, mas a CDU tinha deixado dinheiro em caixa para fazer o CROAE e os senhores para fazer o CROAE foram fazer um empréstimo. Fica mais caro, porque agora vão pagar juros, os tais juros que não queriam pagar. Portanto, a CDU tinha uma dívida, sim senhor, de vinte e tal milhões de euros, que vocês não herdaram, porque ficou toda paga. Aliás, o último ano em que há descida da dívida é, exatamente, de 2020 para 2021. A partir daí vocês pegaram nisto e foi sempre a subir. Portanto, este é o tipo de gestão que o PS faz nas autarquias e que depois “quem vem a seguir que apague a luz”.

Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS

Aquilo que verifica é que a preocupação da CDU é porque esta autarquia está a fazer muitas obras. A boa gestão da Câmara Municipal da Moita está a fazer muitas obras, e a CDU esteve dois mandatos sem fazer nada.

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

Só para complementar aqui mais algumas coisas que acha que não ficaram claras.

Para a CDU, não fazer nada é entregar gratuitamente cadernos de atividades aos estudantes do município da Moita. É claro que é gestão corrente, os senhores nunca o fizeram, mas é gestão corrente. Para a CDU, não fazer nada é conseguirem duplicar a capacidade do CROAE, se fizessem a obra que a CDU tinha feito, nem dois meses, já estava esgotada a ocupação do CROAE, mas era uma fase e uma segunda fase, era fácil passar essa mensagem às pessoas. Não fazer nada, é deixar uma obra na rua 5 de Outubro no estado em que deixou, sem manutenção durante mais de 30 anos, para depois terem que fazer o que tiveram que fazer. Não fazer nada, é deixar os logradouros e os espaços entre os edifícios sem qualquer tipo de investimento, como foi o investimento que foi feito no Palheiro, e o que foi feito na rua do Varino. Não fazer nada, é terem o alargamento da escola a tempo inteiro a custos reduzidos para a população, onde as pessoas podem ter, claramente, as suas crianças entregues, bem entregues, para poderem fazer atividades fora do seu horário escolar. E depois, não é fazer nada o investimento contínuo na programação cultural de apoio ao movimento associativo. Também não é fazer nada.

Senhores deputados da CDU, foi feita muita coisa, e foi feita muita coisa que justifica o exercício negativo deste ano. Podem querer encapotar tudo aquilo que quiserem com gestão corrente, com isto e com aquilo, mas não é verdade. O município não se serve só de grandes obras como os senhores quiseram fazer em 2021. Obras à pressa, mal feitas, mal lançadas e mais, não se vai esquecer dos 2000000 de euros de um crédito feito pelo município à última da hora para fazer repavimentações no concelho, só para tapar os olhos a alguns.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Pedi ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Muito rapidamente, só queria lembrar aqui uma coisa, que aquilo que herdaram da CDU foi um edifício municipal onde chovia através das janelas, ou seja, chovia dentro do edifício municipal da Câmara Municipal da Moita. Chovia. Como isso, também outros locais, o sítio onde, atualmente, está a divisão de educação, que estão a construir o centro de educação e desenvolvimento para acolher essas pessoas, libertando esse edifício, passando para um edifício térreo, e isso também não era projeto da CDU, e a CDU não tinha projeto para uma série de coisas, como os passadiços do Gaio, que disse que

tinha projetos e o que tinha era um orçamento, nem projeto que existia, como também não havia projeto da pista de skate no parque Zeca Afonso, e muito do que estão a fazer que eles não tinham. A única coisa que conseguiram foi atulhar resíduos de construção e demolição nos poços.

Investimento, também é intervencionar o multisserviços no Vale da Amoreira para pôr lá os serviços sociais e descentralizar os serviços. E isso é feito com a prata da casa, obra que já está em andamento. Isso é feito com a prata da casa, mas também apoiar, não só as autarquias, como têm vindo a fazer, mas também o movimento associativo. O Banheirense, com a colocação daquelas bancadas para 200 lugares, e pagaram o projeto eles legalizarem e aumentarem o campo e estão a trabalhar com eles. Mas não só com o Banheirense, com todas as outras e entidades, seja no Penteado, seja no CRI, seja outras entidades com as quais estão a trabalhar e ainda querem reunir para lhes dar mais e melhores condições para desenvolver trabalho, e não esquecer o Moitense, porque quando começam a falar de instituições e entidades, acabam sempre por se esquecer de algum em particular, mas muito apoio têm dado. E nem vai adjetivar o assunto que aqui disseram, a forma como aqui trataram.

Só quer lembrar aqui uma coisa rápida e sucinta. A Câmara Municipal, quando se mete em causa a capacidade financeira do município, dá-se ao luxo de pagar ao dia 16 aos funcionários, antes da Páscoa, porque depois o fim de semana era longo e para irem já com o vencimento na conta bancária. Dá-se ao luxo de poder fazer isso, faz nessas alturas e faz em muitas outras. A Câmara Municipal, neste caso, neste momento, dá-se ao luxo de dizer que diminuiu o prazo de pagamento a fornecedores, mas também ainda tem por receber, até ao valor máximo, do ministério da Saúde, da ARSLVT, até 1704000 euros do centro de saúde que foi construído, que ainda não lhes foi transferido o dinheiro e estão a trabalhar tranquilamente com o ministério, porque o Estado é uma pessoa de bem, para receberem esse dinheiro.

Por isso, que exista muita tranquilidade, porque a Câmara tem uma boa tesouraria e sabem muito bem o que estão a fazer. Prova disso é os grandes investimentos que estão a vir para o concelho da Moita, na área da hotelaria, na área do retalho, na área da fixação de logística e de outros equipamentos, que estão a vir para o concelho da Moita. Estão a trabalhar para isso todos os dias, e para isso a Câmara Municipal tem que investir, tem que mostrar que está disponível em investir e em fazer a diferença, para que depois outros se possam aqui fixar.

Neste momento, pediu permissão para passar a palavra à Vice-presidente Sara Silva para que dê aqui mais algumas notas.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

la só aqui dar algumas notas daquilo que ouviu atentamente de todos aqueles que intervieram neste debate, nesta discussão do relatório e contas 2024. Dizer primeiro que não há obra, nem investimento, sem aumento de despesa. E depois, se tivessem o cuidado de, realmente, verem a demonstração de resultados, viam precisamente aquilo que o nosso colega Daniel Serpa referiu. Os fornecimentos e serviços externos a fornecedores aumentaram 4000000 euros, muito por culpa da Amarsul. Só para Amarsul foram 3500000 euros, para a Simarsul outros 3300000 euros, e ainda para a TML, em que aumentaram 18%, porque a Câmara, por todas as reformulações que fizeram para servir melhor as pessoas, para terem mais transportes, assumiu esse custo, 18% em relação a 2023.

Depois dizer só uma achega, só para a Amarsul, em 3 anos, aumentaram 119%. Estamos a falar numa altura, de 2023, do aumento da inflação, do aumento das taxas de juro, e estão aqui com um aumento brutal das taxas de recursos hídricos e das taxas de gestão de resíduos, que também assumiram para que não aumentassem à população. Mas vai dizer uma coisa, quando fala aqui de uma dívida total de 11000000 euros, também nessa mesma página da dívida total de 11000000 euros, devia ter visto que o montante da dívida do município não excede o limite do endividamento, página 463 do relatório. Mas também vai dizer, que têm uma margem efetivamente disponível para endividamento em cerca de 16000000 euros, portanto, não estão, como diz, em termos de sustentabilidade financeira, assim tão mal.

Diz-lhes que falta sustentabilidade financeira e que se poderão comprometer os salários dos trabalhadores. Efetivamente, aumentaram as despesas com pessoal, porque valorizam as carreiras do pessoal, coisa que vocês tiveram mais de 12 anos sem fazer, muito por culpa daquele saneamento financeiro que fizeram e que os limitou na despesa. Mas vai dizer mais, entraram em 2021 e, em 2020, a CDU teve um resultado líquido positivo sim, mas porque não houve despesa, porque estavam em tempo de Covid e não tiveram despesa. E, na realidade, depois, em 2021, a coisa deu-se, inverteu-se, porque, na realidade, em 2021, a CDU apresentou um resultado líquido negativo de cerca de 2378000 euros. E sabe por quê? Porque, felizmente, o revisor oficial de contas da altura, os fez adaptar e classificar as imparidades no sítio onde elas deviam estar, a dívida de clientes nos sítios onde elas deviam estar. E a CDU sim, mascararam durante muitos anos esse resultado líquido positivo que, na

realidade, era negativo, e agora vem para aqui vangloriar-se com resultados líquidos mascarados de que eram positivos.

E vai dizer mais, vão resumir este relatório e contas. Contas certificadas pelo ROC, “cumpre-se o equilíbrio orçamental”, os rácios financeiros que tanto falou da insustentabilidade financeira, “os rácios financeiros demonstram situação económica financeira estável e equilibrada”, se quiser, pode ir ver na página 464 aquilo que lhe está a dizer. Mais, “o prazo médio de pagamento a fornecedores são 42 dias”, e não têm pagamentos a fornecedores em atraso, pode ir ao relatório que também lá diz. “Não há alertas de desvio nas taxas de execução da receita e da despesa”, e mais, o saneamento financeiro que a CDU fez em 2000, que durou até 2021, essa contratação de empréstimo que fizeram para pagar dívidas, foi muito explícita naquilo que foi a gestão CDU. O que tinham em dívidas era dívidas à Amarsul, à Caixa Geral de Aposentações e os impostos da ADSE que retiveram dos trabalhadores e que não os entregaram. Foi por isso que tiveram que fazer um saneamento financeiro.

Mais, o ajuste das finanças para salvar do colapso financeiro, face ao desequilíbrio financeiro que manifestaram e mais, impõe contenção de despesas, foi por isso que tiveram resultados líquidos positivos, e a redução com os encargos de pessoal fez-se, e foi evidente na gestão CDU, porque quando entraram tinham 381 operacionais em falta, e isto foi muito por culpa desse saneamento financeiro, da má gestão da CDU, e do desequilíbrio financeiro que fizeram nas contas do município.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, António Chora, na qualidade de Deputado do Grupo Municipal do BE

Reconhecem que uma Câmara não é para dar lucro, como é evidente, é para servir a população, mas também não é para contrair prejuízos que não possa pagar. Portanto, é preciso terem aqui alguma noção sobre esta situação, por isso, em sua opinião, pensam que se fossem aqui à votação entre prestação de contas e relatório de gestão, em separado, tinham duas posições diferentes. Como isto é só numa votação, vão seguir a votação que sempre têm seguido até aqui.

Não podem, no entanto, deixar de referir que o relatório de gestão há obra, é verdade, mas também há muito narcisismo. E basta-lhes olhar para este documento, com todas estas fotografias que, confrontado depois com o final da rua, não coincide. Isto fá-lo lembrar-se a primeira vez que foi à RDA, em que os três primeiros prédios de cada rua e os três últimos estavam pintados, e quando passavam de autocarro parecia que era a rua toda que estava pintada, mas no resto da rua os prédios estavam ainda à espera de ser pintados, portanto, era uma técnica para os turistas que dava no olho.

Parece-lhe que aqui, algumas destas fotografias também são um bocado assim. Se forem à Baixa da Banheira, não há cruzamento ou entroncamento que não tenha um buraco. Desculpem, mas é verdade. Quando se denunciam, vão lá, tapam uma rua inteira, e mandam alcatrão para cima daquilo, essa rua fica, mas as outras todas ficam uma desgraça, como a rua Ville Plaisir. Se forem da Cidade de Pinhel, quando chegaram ao entroncamento com a rua da Amizade, veem o estado em que elas estão, aquela e todas as outras. Portanto, na realidade, falaram aqui em buracos, e há muitos buracos que estão feitos. Mas, reconhece que há obra, é verdade, há, mas também, e para terminar, reconhece que há muito narcisismo neste relatório.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Nada do que a CDU referiu aqui nas suas intervenções relativamente aos números apresentados no relatório são da sua lavra. São números que estão plasmados no próprio relatório que é apresentado pela Câmara. Portanto, querer mascarar o relatório financeiro de outra coisa, e mostrar um resultado financeiro maravilhoso, dizer que não há dívidas a fornecedores quando têm aqui, de facto, o passivo que é apresentado, é a mesma coisa que dizer que Cristo não é Cristo para quem é crente. Mas, já estão habituados a “grandes golpes de rins”, e grandes números, porque, de facto, mente-se de tal forma e com tal evidência, que se quer convencer de uma coisa que não existe, é uma realidade virtual.

A CDU e a população da Moita já estão habituados a isso e, mais uma vez, é o exercício que têm. Não são números apresentados pela CDU, são números apresentados pelo executivo. Aliás, diga-se também, que “há e tal nós temos a dívida à Amarsul”, Amarsul foi privatizada com o vosso apoio, têm lá um administrador indicado pelas câmaras, o ex-Presidente da Câmara do Montijo. Mas a questão que está aqui é que, de facto, a privatização da Amarsul, os valores que pagam à Amarsul, são lavra dos governos do Partido Socialista. Vocês apoiaram a privatização da Amarsul. Vocês apoiaram a criação da taxa de gestão de resíduos. Vocês aprovaram a taxa de deposição de resíduos em aterro, e agora veem aqui chorar? Foi o vosso governo que esteve lá. Estes continuam a fazer o mesmo, mas foram vocês que começaram, e têm vindo a agravar, apesar das propostas que a CDU fez, várias vezes, no Parlamento para acabar com a taxa de gestão de resíduos. E vocês sempre teimaram, agravamento de 400% da taxa de gestão de resíduos. E agora veem “chorar lágrimas de crocodilo” sobre isso?

E mais, sabe qual é o risco que correm com a insustentabilidade financeira do município? É o equilíbrio financeiro, que nunca o município da Moita teve nesse sentido, entrar em incumprimento, e ser obrigado a ir às taxas máximas de IMI, ir às taxas máximas que a lei impõe. E isso vai penalizar a população do Concelho. Agora dá jeito um discurso populista e despesista, dizer “afinal estamos a dar muita coisa a muita gente”, mas na prática, essa fatura, quem vai pagar é a população do concelho da Moita, e o PS já os habituou a isso, em várias câmaras por onde esteve, anos na Câmara de Setúbal, os governos do PS, os governos do Sócrates, tiveram a Troika, tiveram o FMI, é tudo o mesmo *modus operandi*, e foi, exatamente, a ruína a que várias vezes o país foi levado por parte do governo do Partido Socialista, porque é “gastar à Lagardère” e o povo a pagar.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Será sintético no minuto que lhe resta. Lembrar que ao seu lado está um ex administrador, vogal executivo da Amarsul em 2024, e lembrar bem que quem tem uma dívida abissal à Amarsul, de mais de 11000000 de euros, é a Câmara Municipal de Setúbal, gerida pela CDU, ou seja, não paga. Mas não está cá para falar de outros municípios nem dessas situações.

Já que falaram de estradas, deixem-no falar de estradas. Então, têm aqui a rua Augusto Gil, na Baixa da Banheira, vai ser repavimentada, a rua Fernando Pessoa, na Baixa da Banheira, vai ser bem repavimentada até ao troço da rotunda da cabeça do Padre António Vieira. A rotunda Padre António Vieira, em Alhos Vedros, vai ser repavimentada, a rua Alexandre Sequeira, na Moita, vai ser repavimentada, a estrada nacional número 11, vai ter a execução de uma camada de desgaste na rotunda das Oliveiras. Ou seja, todas estas obras, e ainda faltava dizer aqui outras, como a rua União Banheirense, o Chinquilho e a beneficiação da rede viária municipal, que vai ser uma beneficiação que vão fazer, e todas estas ruas têm uma grande particularidade, porque vão sempre intervencionar as infraestruturas, não é só por pavimento por cima. Sempre que necessário, vão fazer as infraestruturas e era isso que eu queria dizer dar nota, que “vamos continuar a tapar os vossos buracos”.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, António Chora, na qualidade de Deputado do Grupo Municipal do BE

Agora, também lhe cabe-lhe falar só para dizer uma coisa, que o senhor Presidente se deve ter equivocado, porque a rua Fernando Pessoa já está alcatroada até à rotunda há mais de 5 anos, portanto, era bom que visse essa situação. Que seja necessário mexer em algumas infraestruturas é outra coisa, porque as sarjetas cheiram esgoto que se farta. Não sabe de onde é que vem, mas isso é outra coisa, que já está pavimentada, está.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com dezassete votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE; três abstenções, sendo uma do PSD, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes; dez votos contra da CDU.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pela Deputada Carmen Mafra

“Em relação a este relatório, mais uma vez, concordamos com muito do que é relatado, razão pela qual a maioria das decisões que foram submetidas à aprovação da Assembleia Municipal terem tido o apoio dos eleitos do Bloco de Esquerda.

Entendemos que o mesmo é demasiado exibicionista e desnecessariamente narcisista.

Sem discordar das medidas, e da sua execução, reclamámos outras que entendíamos, e entendemos, serem necessárias e urgentes.

Continuamos a discordar do método e estilo, muitas vezes conflituoso, e até birrento, do executivo do PS na defesa das suas propostas nesta Assembleia Municipal, onde, sistematicamente, tenta minimizar ou substituir o poder fiscalizador desta.

Claro que temos ideias diferentes para o concelho, e lutamos por elas sem nos amedrontar com as posturas do executivo.

Quanto às contas de 2024, reconhecemos que o executivo PS continua com enormes dificuldades nas taxas de execução, que a inexperiência já não explica.

Os eleitos do Bloco de Esquerda, apesar das opiniões políticas que atrás manifestámos, hoje, tal como no passado, não podiam, não querem, nem nunca poriam em causa as contas em análise, pois contas são contas, e as mesmas são feitas por funcionários autárquicos, com apoio dos eleitos, submetidas a parecer ao favorável de revisores oficiais de contas e, posteriormente, submetidas ao Tribunal de Contas, razão mais que suficiente para votarmos favoravelmente o relatório de contas de 2024.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Faim

“O relatório e contas apresentado reflete o fim de um ciclo de má governação do PS no município da Moita, evidenciando que as promessas eleitorais de mudança para melhor, efetuadas em 2021, em que muitos acreditaram, não passaram de uma miragem enganadora.

A mudança que existiu não foi a mudança boa, nomeadamente, para a alavancagem positiva que o concelho precisa, face às oportunidades e desafios dos fundos europeus e do PRR.

O concelho está pior em qualidade de vida, está pior na habitação, pior na higiene urbana e na rede viária, está pior na cultura e no ensino, está pior na proteção ao meio ambiente e nos espaços verdes, está pior no apoio ao movimento associativo e às comissões de moradores.

Não só o concelho está pior com esta gestão do PS, como se assiste a um gradual e contínuo desequilíbrio das contas municipais. Dos indicadores económico-financeiros apresentados no quadro 16 do relatório página 464, não existe um único indicador que tenha melhorado em sentido positivo.

Apesar de se apresentar um saldo transitado, de cerca de 8000000 euros, verifica-se que, tal como já temos alertado, os sinais de insustentabilidade financeira e de má gestão do município são evidentes.

O resultado líquido, em 2024, é de menos 9324566 euros, página 471 do relatório, ainda mais negativo do que no ano passado, tem uma variação negativa de 1807741 euros, e agrava a tendência dos últimos anos.

O passivo aumentou em 29%, página 468 relatório, tendo o valor da dívida aumentado em 34%, ver quadro 14 da página 463 do relatório, em relação ao ano anterior, atingindo os 15767000 euros, a dívida a fornecedores e de 4326192 euros, tendo aumentado em 64.8% página 468 relatório.

Infelizmente, estes são sinais financeiros de grande desorientação, e de gestão desastrosa do município que é necessário travar, mas são ainda mais evidentes os factos de grande desrespeito pela participação e opinião democrática dos cidadãos e dos trabalhadores da autarquia na vida do município. E isso também é preciso, acima de tudo, travar.

É por estas razões que os eleitos da CDU votaram contra o relatório e contas 2024.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“O Grupo Municipal do Partido Socialista manifesta o seu voto favorável à aprovação do relatório e contas do município da Moita, referente ao exercício de 2024.

Esta decisão fundamenta-se em 4 pilares essenciais:

O cumprimento de compromissos e investimento estratégico – O exercício de 2024, destacou-se pela consolidação de uma política de proximidade, forte compromisso social e visão estratégica de desenvolvimento. Realizaram-se obras estruturantes de grande impacto, entre as quais a unidade de saúde familiar da Baixa da Banheira, a requalificação da avenida da Marginal e da rua 5 de Outubro, a criação do estacionamento Park&Ride, a instalação de ilhas ecológicas, bem como a reabilitação de escolas e parques infantis. Estes investimentos traduziram-se em melhorias significativas na qualidade de vida da população local;

Gestão financeira responsável e transparente – Embora o exercício tenha apresentado um resultado líquido negativo, importa esclarecer que tal decorre do desfazamento temporal entre a execução da despesa, especialmente aquelas relacionadas com investimentos cofinanciados e o recebimento dos respetivos fundos, assim como o aumento significativo no fornecimento de serviços externos, Amarsul, Simarsul e TML, nas despesas com pessoal e nas transferências para outras entidades, nomeadamente, para as juntas de freguesia. A gestão corrente da autarquia manteve-se equilibrada, com uma tesouraria sólida, e a execução rigorosa das prioridades políticas definidas, sempre sob princípios de transparência e responsabilidade;

Compromisso com a defesa dos interesses da população – O relatório de contas reflete uma política pública orientada para as pessoas, reforço dos apoios sociais, investimento consistente na educação,

dinamização cultural, apoio contínuo ao movimento associativo, modernização administrativa, a valorização dos recursos humanos. Cada ação empreendida em 2024, visou reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento local mais inclusivo e sustentável;

Na robustez técnica das contas apresentadas – As demonstrações financeiras do município evidenciam rigor e robustez comprovadas pelos seguintes indicadores: cumprimento das normas orçamentais e financeiras aplicáveis das autarquias locais, incluindo o respeito pelos limites de endividamento e pela regra do equilíbrio orçamental; taxa de execução da despesa corrente superior a 85%, revelando eficiência e realismo no planeamento financeiro; taxa de execução da receita corrente superior a 90%, refletindo elevada capacidade de previsão e cobrança; redução dos encargos da dívida municipal em cerca de 6% face ao ano anterior, sinalizando prudência na gestão do passivo; manutenção do saldo de tesouraria positivo, assegurando a liquidez necessária à continuidade dos serviços municipais e dos investimentos em curso.

Estes fatores reforçam a credibilidade, a solidez e a sustentabilidade financeira do município, garantindo confiança para os desafios futuros.

Diante do exposto, o grupo municipal do Partido Socialista reafirma a sua confiança no trabalho desenvolvido pelo executivo municipal, e expressa o seu voto favorável ao relatório de contas de 2024, reconhecendo, neste momento, a concretização do projeto político sufragado democraticamente pela população.”

3.2 - Alteração mapa de pessoal 2025

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, quatro votos contra da CDU, uma abstenção do vereador Independente, e o voto de qualidade do Presidente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 14/04/2025:

“Mediante o disposto no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LT FP), publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o empregador público, deve anualmente planear as suas atividades de natureza permanente ou temporária, tendo presente a missão, as atribuições, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e dos recursos financeiros disponíveis.

Para dar resposta a toda a atividade municipal, deve-se planear e pugnar por uma gestão cada vez mais eficiente e de qualidade, competindo no caso em particular, ao dirigente máximo do serviço, o Presidente da Câmara Municipal, a elaboração do mapa de pessoal, conforme disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º da LT FP, acompanhado da proposta de Orçamento Municipal, de acordo com o n.º 4 do artigo 28.º da mesma Lei.

O mapa de pessoal, elaborado de conformidade com as regras estabelecidas nos artigos 28.º e seguintes da LT FP, constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, através do qual é possível obter uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, contribuindo para uma cultura organizacional orientada para o serviço público, de acordo com critérios de racionalização, transversalidade, eficiência e economia de custos.

O atual modelo de gestão na administração pública consagra que, a cada ano de planeamento e execução orçamental, se promova a elaboração de mapas de pessoal que integram os postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades e competências dos serviços, nestes termos foi o mapa de pessoal do Município da Moita para o ano de 2025, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal da Moita, 2.ª reunião, de 12 de dezembro de 2024, proposta n.º 262/XIII/2024, aprovada em reunião de câmara de 28 de novembro de 2024, retificada pela proposta n.º 266/XIII/2024, aprovada em reunião de câmara de 06 de dezembro de 2024.

Informam os Srs. Diretores do Departamento de Gestão e Valorização Territorial (DGVT), do Departamento de Ambiente, Estratégia, Inovação e Urbanismos (DAEIU) e do Departamento de Educação, Desenvolvimento Social e Cultura (DEDSC) que, por uma questão de eficácia, eficiência e de reorganização dos serviços deles dependentes, bem como atendendo a futuras mobilidades intercarreiras, mostra-se necessário alterar o conteúdo funcional na carreira/ categoria de técnicos superiores.

Assim, de forma a garantir em permanência o bom funcionamento de todos os serviços, propõe-se a alteração do conteúdo funcional na carreira/ categoria de técnicos superiores de forma a integrar no DGVT um lugar vago para Engenheiro Florestal, no DAEIU um lugar vago para Licenciatura em Marketing, Marketing de Comunicação e/ou Marketing da Publicidade e um lugar vago para Licenciatura em Tecnologias e Gestão Municipal e no DEDSC, dois lugares vagos para Licenciatura em

Educação Física/Desporto, um lugar vago para Licenciatura em Educação Social e três lugares vagos para a designação generalista Licenciatura.

As referidas alterações aos mapas de pessoal não implicam um aumento nem uma redução de postos de trabalho, decorrendo apenas de alterações de conteúdos funcionais motivados essencialmente pela necessidade de reorganização dos serviços.

Nestes termos, submeto a presente proposta de alteração ao mapa de pessoal a aprovação da Câmara Municipal e posterior remessa à Assembleia Municipal, para deliberação nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Acha que todos tiveram oportunidade de ver e avaliar esta proposta, que já foi discutida em reunião de Câmara, pelo que não quer tomar mais tempo, até pelo adiantado da hora. Se houver alguma questão é só colocarem.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com vinte votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; dez votos contra da CDU.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

3.3 - Emissão de certidão para efeitos de benefícios fiscais ao nível do IRS, isenção de IMI e de IMT – intervenções de reabilitação

A proposta infra foi aprovada por unanimidade com oito votos a favor, sendo três do PS, quatro da CDU e um do vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 13/03/2025:

“Através do requerimento n.º 2113, de 28/01/2025 vem o requerente solicitar certificação de conformidade da intervenção executada sobre o prédio sito na Praceta de São Pedro, n.º 4, Baixa da Banheira, com a estratégia da Área de Reabilitação Urbana para efeitos de fazer prova junto da Autoridade Tributária dos benefícios fiscais dedutíveis à coleta, em sede de IRS (Artigo 71.º - Incentivos à reabilitação urbana epígrafe alterada pela Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro).

A reforma do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, veio estabelecer medidas que visam agilizar e dinamizar a reabilitação urbana, componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação das áreas mais degradadas e de qualificação do parque habitacional.

A Câmara Municipal aprovou, em 6 de março de 2013, o Programa Municipal de Reabilitação Urbana/Moita 2025 (PMRU/Moita.2025), o qual estabelece as bases estratégicas para um programa municipal de reabilitação urbana a desenvolver no Concelho da Moita ao longo dos anos, estabelecendo o ano 2025 como meta para a concretização das ações que venham a ser delineadas como integrantes das várias operações de reabilitação urbana dos aglomerados urbanos do concelho, permitindo disponibilizar incentivos em termos de taxas e benefícios fiscais associados a obras de reabilitação do edificado naquela área.

A 25 de setembro de 2015, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou a delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana dos principais aglomerados urbanos de todas as

freguesias, áreas essas, objeto de uma nova delimitação aprovada por deliberação da Câmara Municipal datada de 13 de fevereiro de 2019, aprovada pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 22 de fevereiro de 2019.

Em 8 de fevereiro de 2023 sob proposta n.º 35 /XIII/2023, foi aprovada nova delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana bem como os apoios e incentivos de natureza fiscal a prédios urbanos – edifícios ou frações localizadas em área de reabilitação urbana.

Assim, e neste contexto, procedeu-se à análise do pedido em apreço:

O prédio do requerente, sito na Praceta de São Pedro, n.º 4, Baixa da Banheira, descrito na conservatória do Registo Predial de Moita sob o n.º 2399/19990707, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 2002, situa-se na Área de Reabilitação Urbana da Baixa da Banheira, e foi objeto de obras de reabilitação, tendo-se realizado vistoria prévia para determinação do nível de conservação inicial do imóvel (relatório técnico de 06/07/2023).

Obteve-se um estado de conservação de "mau" - corresponde um nível de conservação de 2, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;

Decorridas as obras, realizou-se vistoria final para verificação determinação do nível de conservação do imóvel do tendo sido considerado um estado de conservação "Excelente" - nível 5, pelo que é cumprido o disposto no ponto i) da alínea a) do n.º 23 do Artigo 71.º do Estatuto dos benefícios Fiscais (Da intervenção resultar um estado de conservação de, pelo menos, dois níveis acima do verificado antes do seu início);

No que respeita ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), considerando uma taxa de 0,365% sobre o valor patrimonial do imóvel, que de acordo com a avaliação constante na caderneta predial é de 32.549,00 € a isenção de IMI importa uma perda de receita no valor de 118,80 € anuais, totalizando no computo dos 3 anos, 356,4 €. (alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos benefícios Fiscais);

Relativamente à isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis (IMT) destinados a intervenções de reabilitação, cumpre o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais porquanto o adquirente iniciou as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição;

Atendendo a que, em resultado das obras de reabilitação, o imóvel subiu mais de 2 níveis acima do verificado antes do início das obras, conforme já certificado por esta Câmara Municipal em 27 de dezembro de 2024, dando cumprimento ao disposto no n.º 23 do Artigo 71.º do EBF;

Face ao atrás exposto, nos termos das disposições conjugadas da alínea a) e b) do n.º 2, n.º 4, do artigo 45.º, do 18, 19, 23 e 24 do artigo 71.º, todos do Estatuto dos Benefícios Fiscais, e do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atualizada, proponho que a Câmara municipal delibere:

1. Aprovar a emissão de certidão para efeitos de benefícios fiscais ao nível do IRS, com a dedução à coleta de 30% do IRS dos encargos suportados com a reabilitação até ao montante de 500,00€ e de isenção de IMI por um período de 3 anos.
2. Aprovar a isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis (IMT) destinados a intervenções de reabilitação em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.
3. Submeter a presente proposta a deliberação da Assembleia Municipal, para posterior comunicação à administração tributária.

Em anexo: Informação-Proposta”

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Esta proposta é similar a outras que têm aqui trazido, vem devidamente corroborada pelos serviços, é igual a tantas outras que aqui têm trazido em áreas ARU, vem devidamente fundamentada, quando sobe os graus de requalificação apresentados, pois as pessoas têm direito a um conjunto de isenções definidas na lei, e é aquilo que aqui é trazido para apreciação.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, uma vez que o próximo ponto tem uma grelha de 60 minutos, e a Sessão só tem mais 30 minutos, informou que não iam discutir o relatório de atividade municipal, a não ser que a Assembleia assim o decida.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Referiu que o Regimento diz que têm mais meia hora depois de entrarem no último ponto, portanto, ainda têm tempo para a discussão da proposta.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Esclareceu que depois só têm meia hora para discutir, tem que terminar.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Se acharem por bem, usavam o benefício e davam o desconto dos 30 minutos, mas a Assembleia é soberana, e fica ao dispor para aquilo que entender, achando que poderiam usar o tempo para discutir o relatório das atividades do primeiro trimestre.

Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Pessoalmente, pensa que 30 minutos não vão dar para discutir o relatório, mais a mais nesta “altura do campeonato”, que já ouviram as intervenções na relatório de gestão, portanto, é preferível terminarem aqui.

Dado o adiantado da hora, e em conformidade com o nº2 do artigo 27º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, o Presidente Interino da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE, interrompeu a sessão, sendo os restantes pontos da ordem do dia protelados para a segunda reunião da presente sessão, a realizar no dia 9 de maio de 2025, pelas 21 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita.

Em seguida deu indicação à 1ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a primeira reunião, eram zero horas e trinta e um minutos do dia 30 de abril de dois mil e vinte e cinco.

O Presidente Interino

A 1ª Secretária

O 2º Secretário

António Chora

Cláudia Fera

João Palma

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA
XIII MANDATO 2021 - 2025
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 26.04.2025 A 29.04.2025
EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO

Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
057	29-04-2025	António José Gonçalves Duro	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de abril, a realizar dia 29 de abril
058	29-04-2025	Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias	Informa que na sessão ordinária de abril, a realizar dia 29 de abril, se fará substituir pelo Vogal, Anastácio Santana
059	29-04-2025	Rodrigo Fernando Mendonça Pedro	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de abril, a realizar dia 29 de abril